

ENAP

PÓS-GRADUAÇÃO

NBA

Ciência de Dados
e Inteligência Artificial Aplicadas

Disciplina Análise de Políticas Públicas

Paulo Jannuzzi

Aula 2

Por que existem Políticas Públicas ?

No mundo contemporâneo seria possível viver
sem Políticas Públicas ?

Atividade em aula 1

Políticas Públicas estão presentes no nosso cotidiano, muito mais do que nos damos conta...
Um dia de nosso cotidiano...

Horário	Atividade	Tem Política Pública relacionada ? Qual(is)?
6:00	Acordar pelo despertador conforme fuso oficial	
6:15	Escovar o dente usando água tratada segundo determinados padrões	
6:30	Tomar café solúvel com leite (produto lácteo)	
7:00	Sair de casa e pegar o trem, ônibus ou metrô	
7:30	Descer no centro e andar pela calçada, atravessar ruas, pedir informações ao guarda	
8:00	Chegar no trabalho em que se é empregado com carteira	
8:30	Consultar IBGE para saber qual foi a inflação do mês passado	
12:00	Sair para almoço e entrar em um restaurante, onde se vê “Nossa cozinha está aberta”	
13:00	Pagar o almoço com vale-refeição e voltar para trabalho	
17:00	Sair do trabalho e passar no posto de saúde para tomar uma vacina “anti-gripe”	
19:00	Chegar na faculdade e fazer duas disciplinas de um curso de 4 anos, regulamentado	
22:45	Chegar de ônibus e andar pela rua de casa, iluminada	
23:00	Assistir televisão, para saber sobre aprovação da nova lei trabalhista	
23:30	Dormir, se possível sem barulho	

AULA 1

Grupo 1

[illegible]

Grupo 2

[illegible]

Grupo 3

[illegible]

Grupo 4

Figure 1. The number of publications on the topic of "AI in education" from 1990 to 2023.

Grupo 5

[illegible]

Grupo 6

[illegible]

Grupo 7

[illegible]

Grupo 8

BIOLOGICAL EFFECTS OF THE EMERSONIAN IDEALISM ON THE LITERARY WORLD OF THE 19TH CENTURY	
1. The influence of Emerson's ideas on the development of the American literary movement.	
2. The role of Emerson in the formation of the Transcendentalist movement.	
3. The impact of Emerson's ideas on the development of the American novel.	
4. The influence of Emerson's ideas on the development of the American poetry.	
5. The role of Emerson in the formation of the American literary canon.	
6. The impact of Emerson's ideas on the development of the American literary criticism.	
7. The influence of Emerson's ideas on the development of the American literary education.	
8. The role of Emerson in the formation of the American literary tradition.	
9. The impact of Emerson's ideas on the development of the American literary culture.	
10. The influence of Emerson's ideas on the development of the American literary identity.	

Grupo 9

[illegible]

Grupo 10

[illegible]

Exercício 1

Escolha alguns conhecidos, entre parentes e amigos , faça as seguintes perguntas e registre as respostas:

1. O que é política pública ?
2. Qual o principal problema da política pública? O fato de existir ou o fato de ter problemas de gestão e operação ?
3. É possível viver no mundo contemporâneo sem regulação, programa ou serviço público ?
4. Leia para eles os 3 primeiros artigos da Constituição Federal de 1988 e pergunte o que eles acham desse artigos.

Paradigmas prevalentes na Gestão Pública e em boa parte dos manuais....

- Políticas públicas como
 - ações voltadas para população pobre
 - “mal necessário”,
 - solução de problemas de ação coletiva e
- Políticas públicas devem ter “impacto”, em geral, econômico
- Programas com projetos com início-meio-fim



Políticas Públicas como atendimento de demandas coletivas, na perspectiva de um projeto civilizatório, adequado à complexidade ao século XXI



Virada cognitiva em conceitos e técnicas no Campo de Públicas

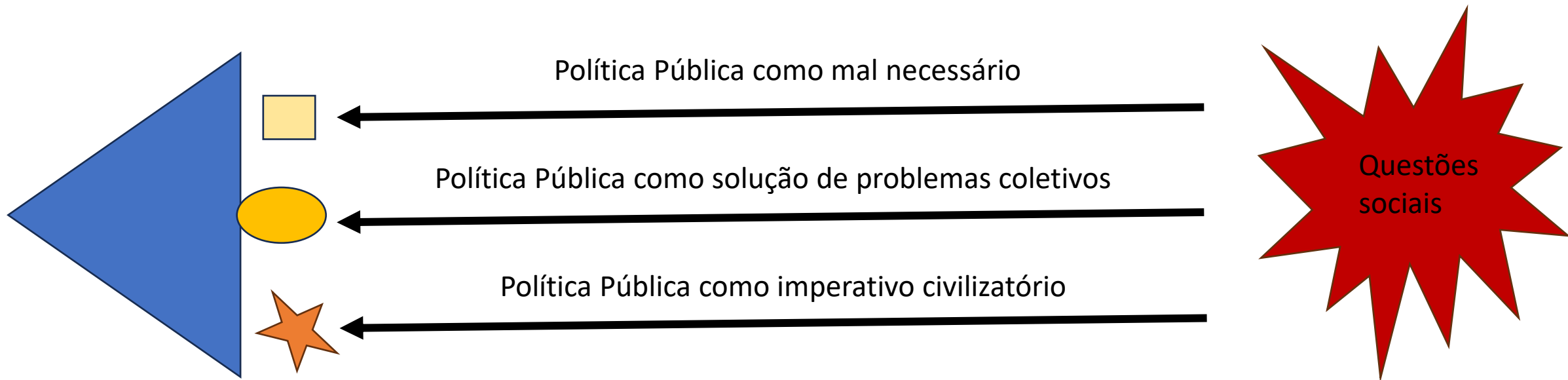
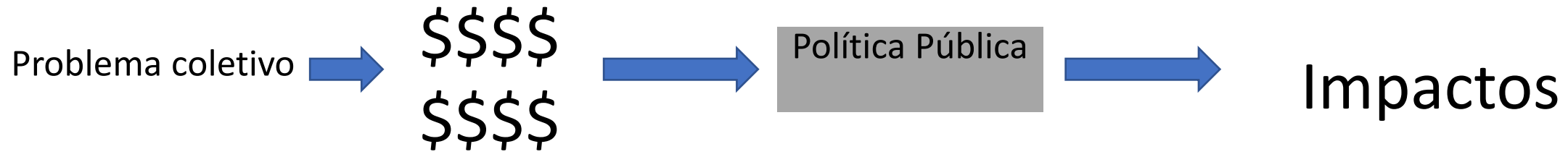


Imagem comum do que é política pública



Programas não são projetos...

Há muita complexidade no desenho e operação

**Demanda
Pública
Problema
coletivo
Valor
republicano**



FINALIDADES DA POLÍTICA PÚBLICA

Ação pública/Políticas Públicas

Demanda coletiva: provimento de educação básica

atendimento à saúde

recursos básicos para sobrevivência

limpeza urbana

-> Escola pública para todos indivíduos 4 a 17 anos

- > SUS atendimento universal e integral

-> Bolsa Família, BPC, Renda Universal, Aux emergencial

-> Coleta pública diária/semanal geral/seletiva

Problemática: alta mortalidade infantil

baixo desempenho escolar

drogadição

poluição

-> intervenções integradas saúde e saneamento

-> ações integradas condições vida e sist escolar

-> ações multisetoriais – saúde, assistência, segurança

-> regulação ambiental, punição, rodizio

Objetivo coletivo : Preservação ambiental

Maior coesão social

Menor desigualdade

Respeito à diversidade cultural/étnica/etc

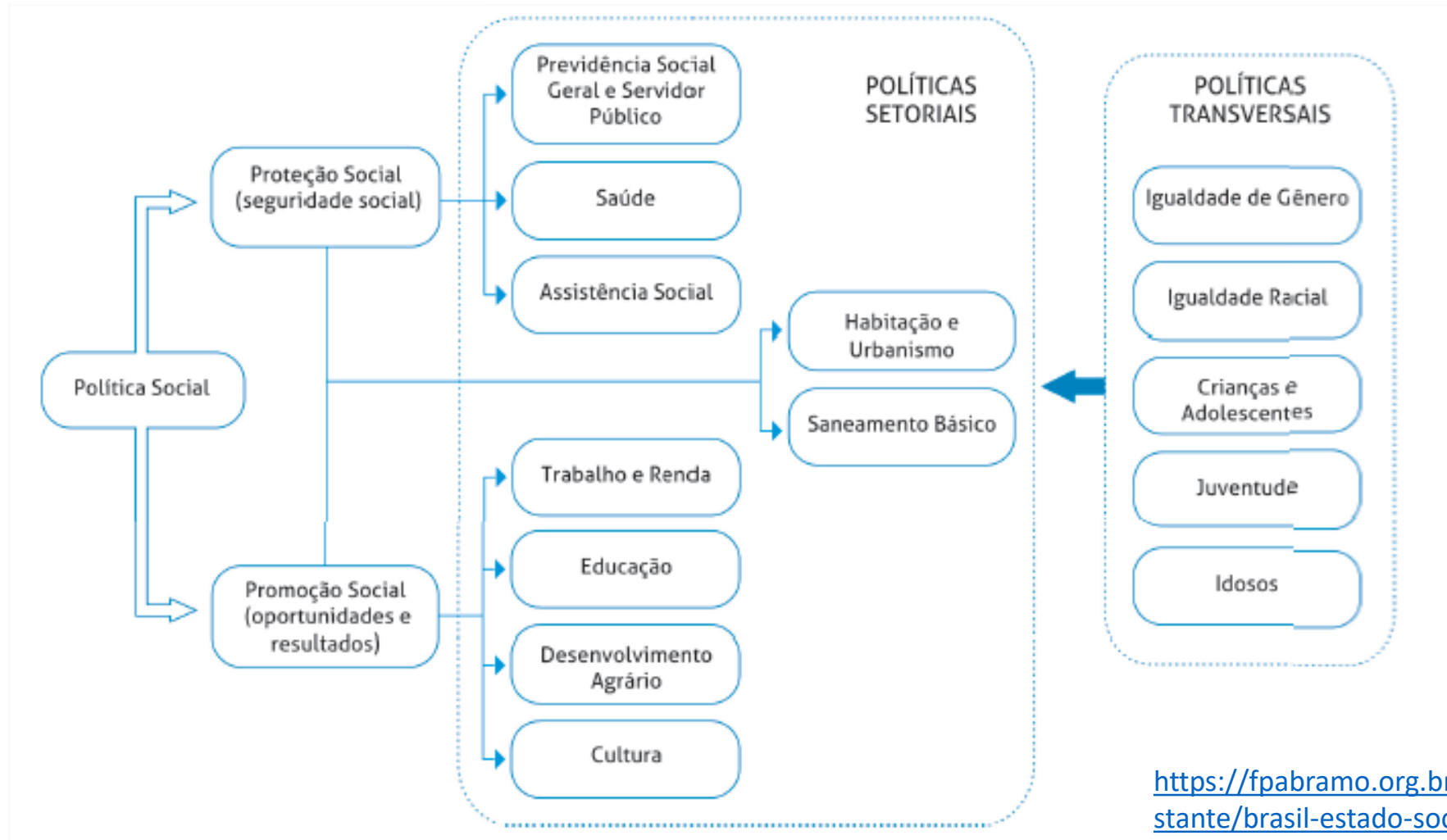
-> regulação ambiental, campanhas publicitárias

-> ações em livros didáticos, escolas, televisão, cultura

-> ações compensatórias, tributação de IR

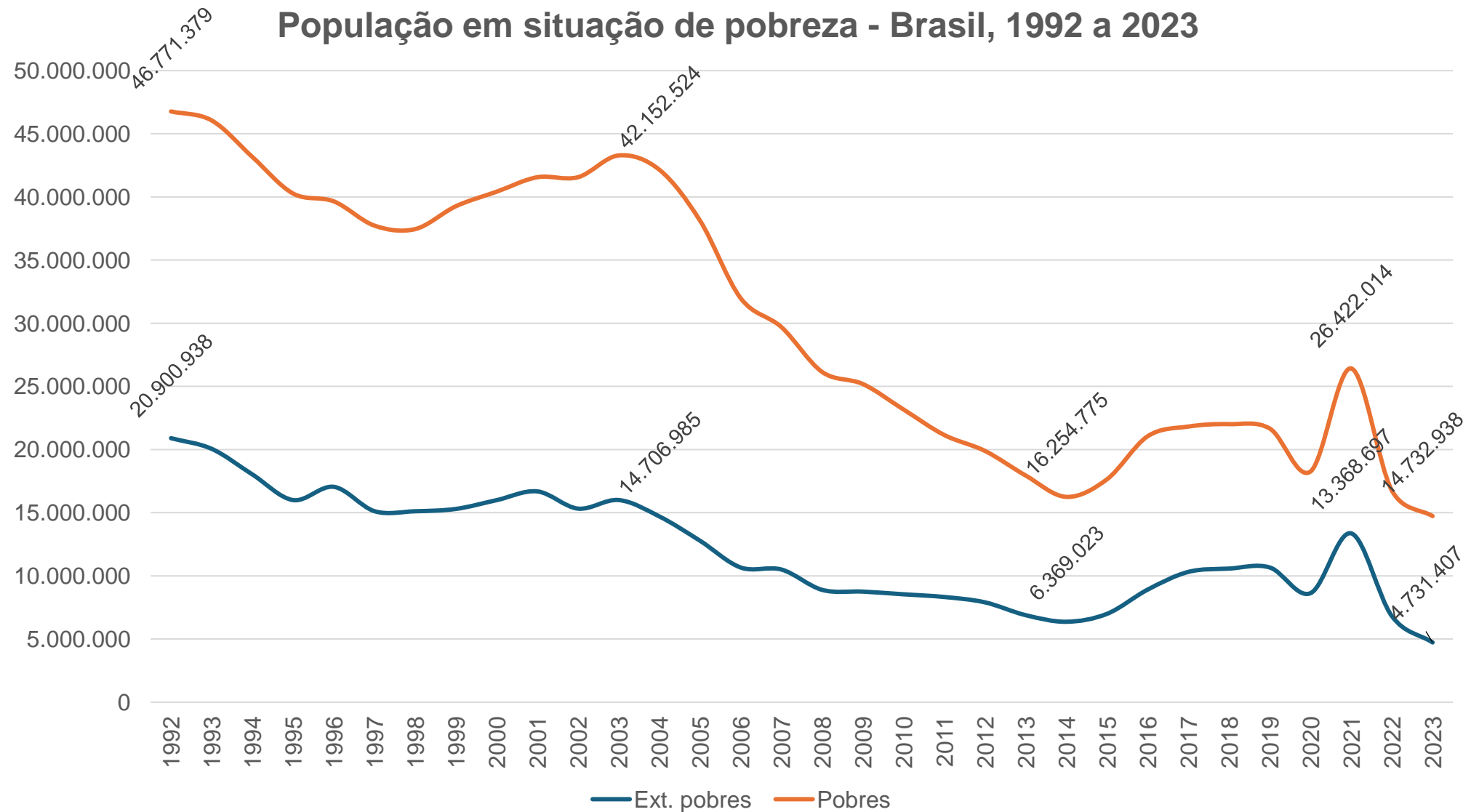
-> estatutos, lei de proteção, concursos

Desde a Constituição de 1988 e, em particular, após 2003, estrutura-se no Brasil um Sistema mais amplo em escopo e escala de políticas sociais, de cunho universal combinado com ações redistributivas (Universalismo com Equidade)



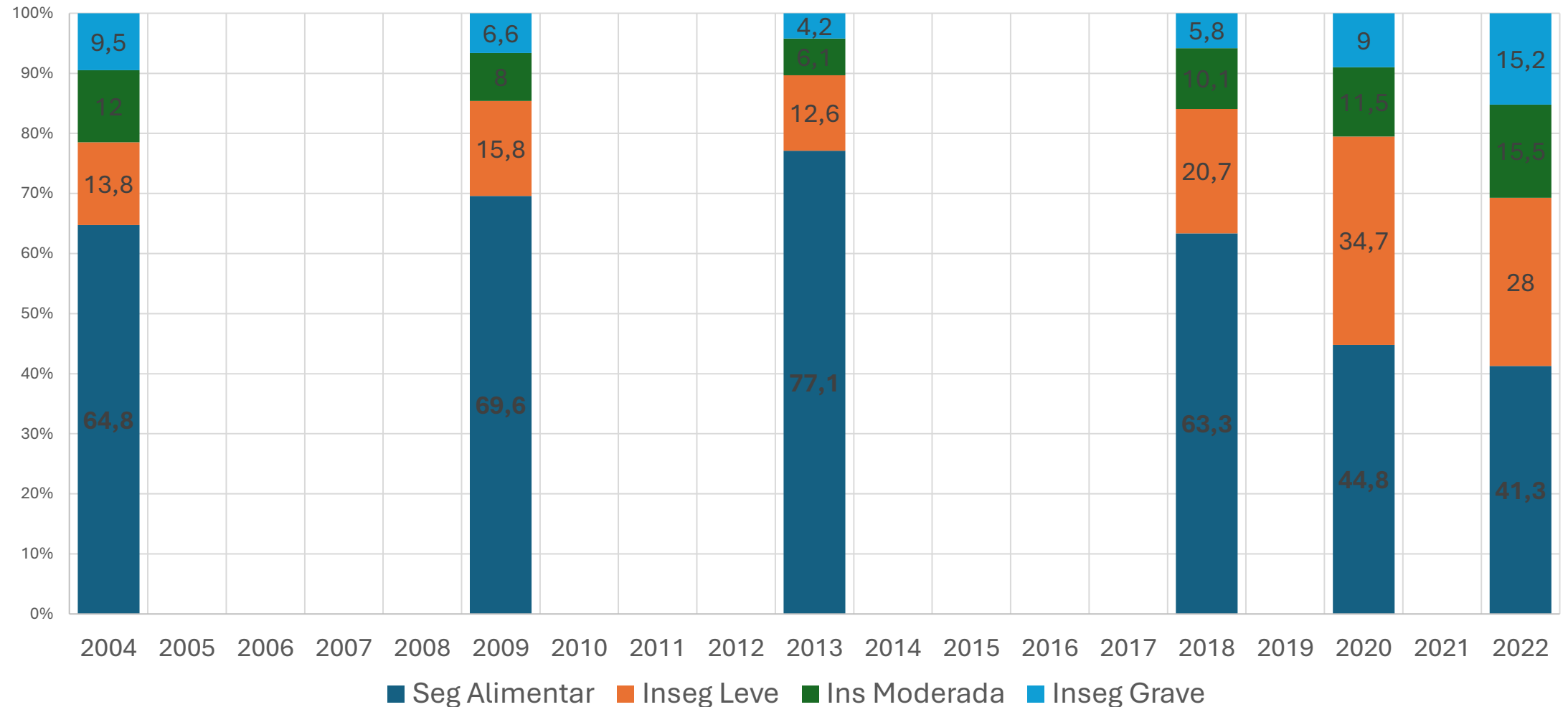
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-estado-social-contra-a-barbarie/>

Este conjunto de políticas tem forte impacto social, sobretudo nas iniquidades mais graves e nas regiões mais vulneráveis impactando na saúde e padrão reprodutivo

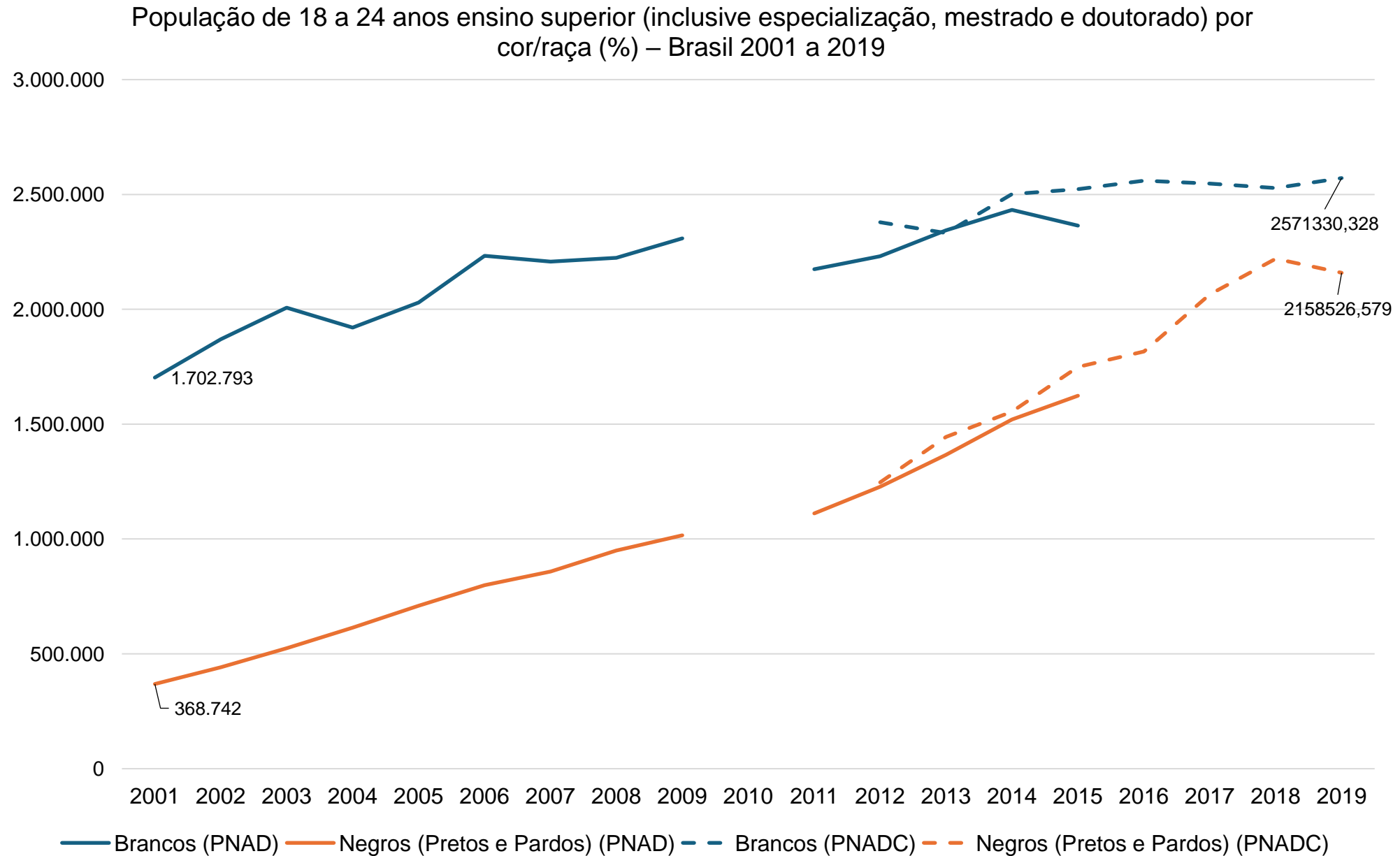


Este conjunto de políticas tem forte impacto social, sobretudo nas iniquidades mais graves e nas regiões mais vulneráveis impactando na saúde e padrão reprodutivo

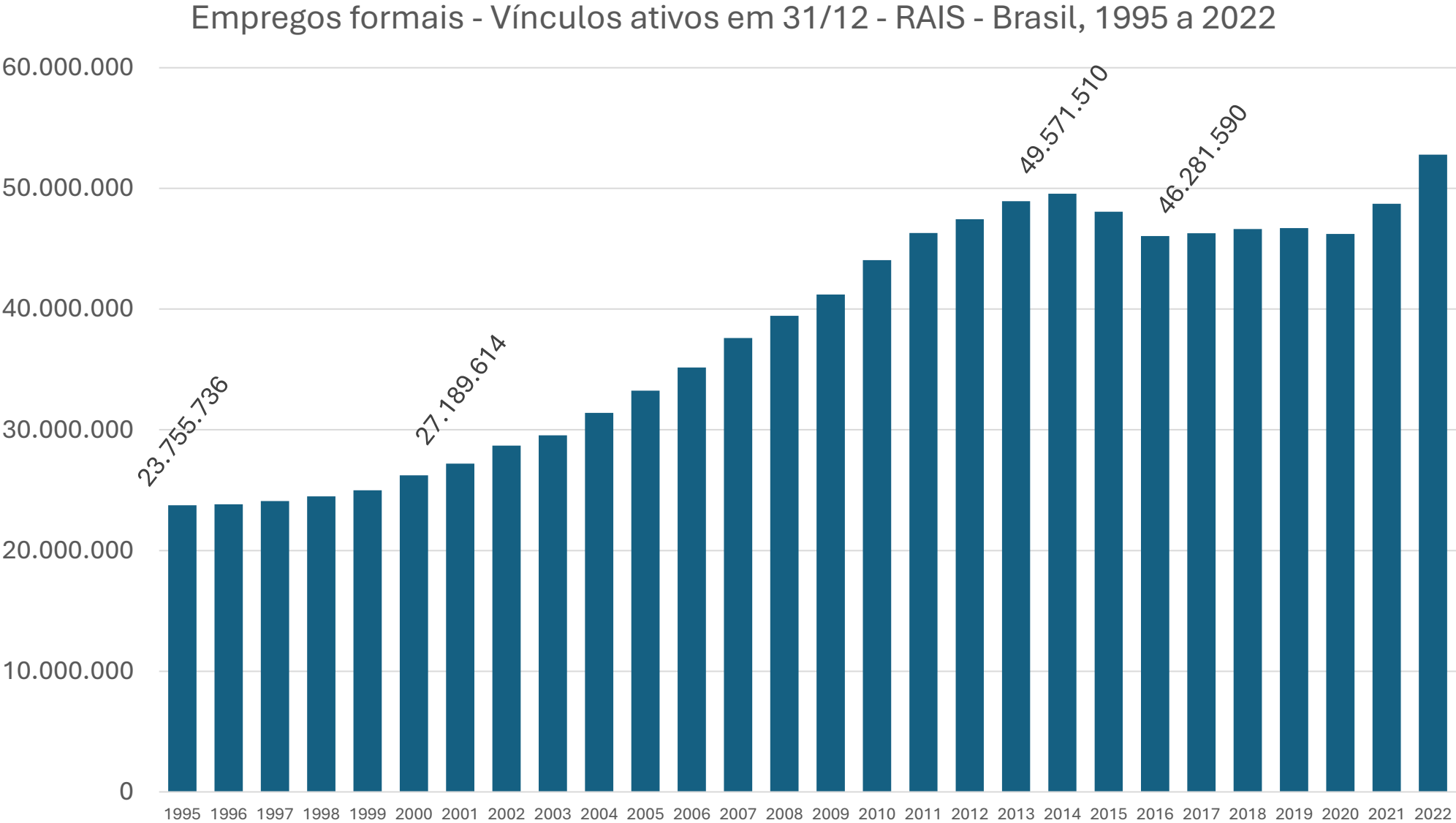
Tendências da Insegurança Alimentar no Brasil (%pessoas)



Este conjunto de políticas tem forte impacto social, sobretudo nas iniquidades mais graves e nas regiões mais vulneráveis impactando na saúde e padrão reprodutivo

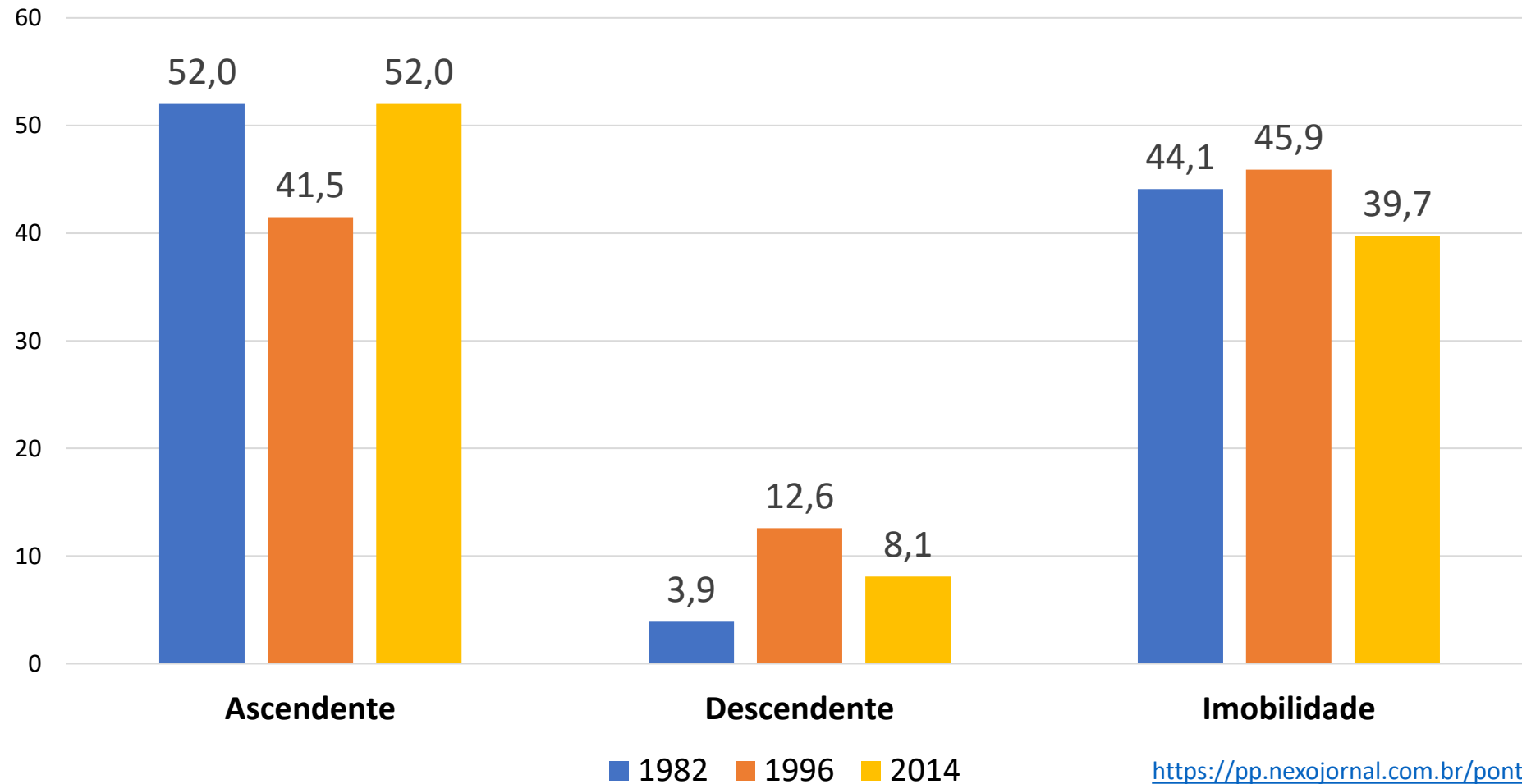


Este conjunto de políticas tem forte impacto social, sobretudo nas iniquidades mais graves e nas regiões mais vulneráveis impactando no emprego em todas regiões do país



Este conjunto de políticas tem forte impacto social, sobretudo nas iniquidades mais graves e nas regiões mais vulneráveis impactando na mobilidade social todas regiões

Mobilidade social intrageracional – Brasil 1982, 1996 e 2014



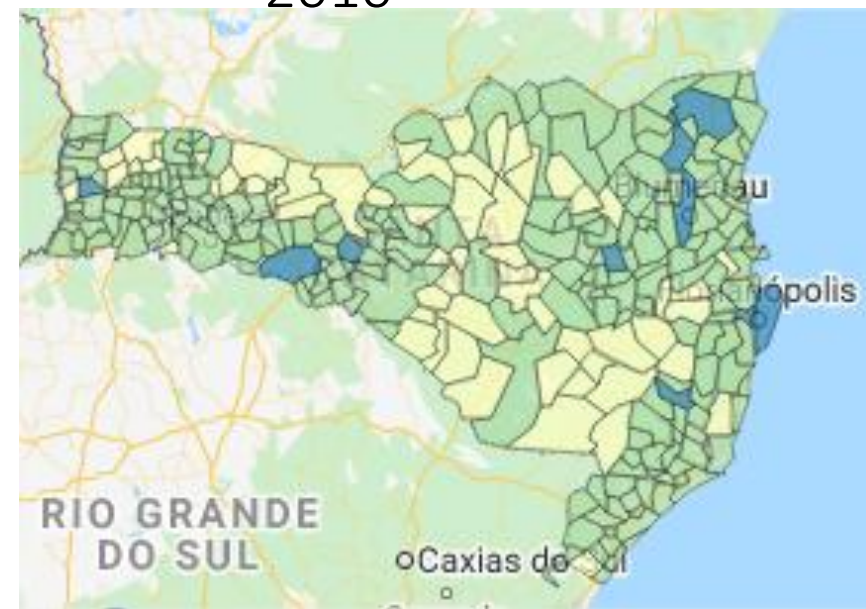
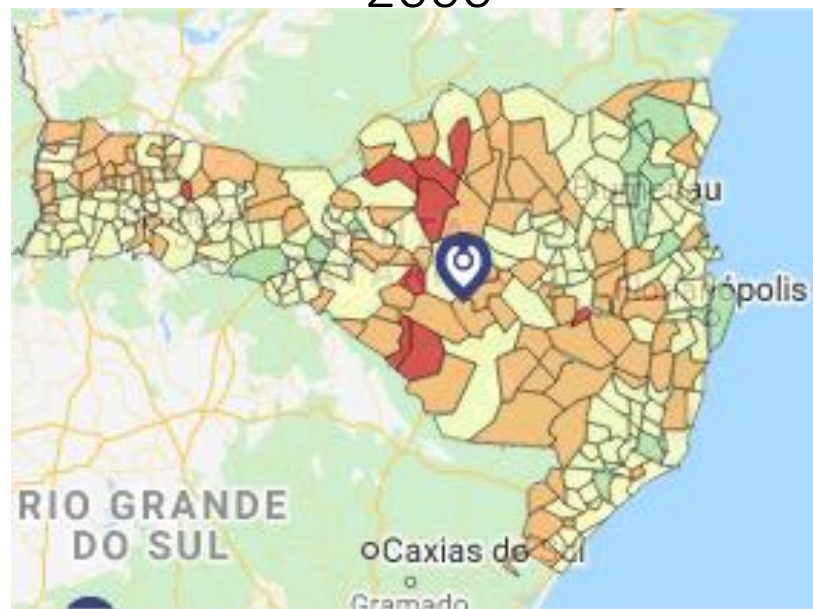
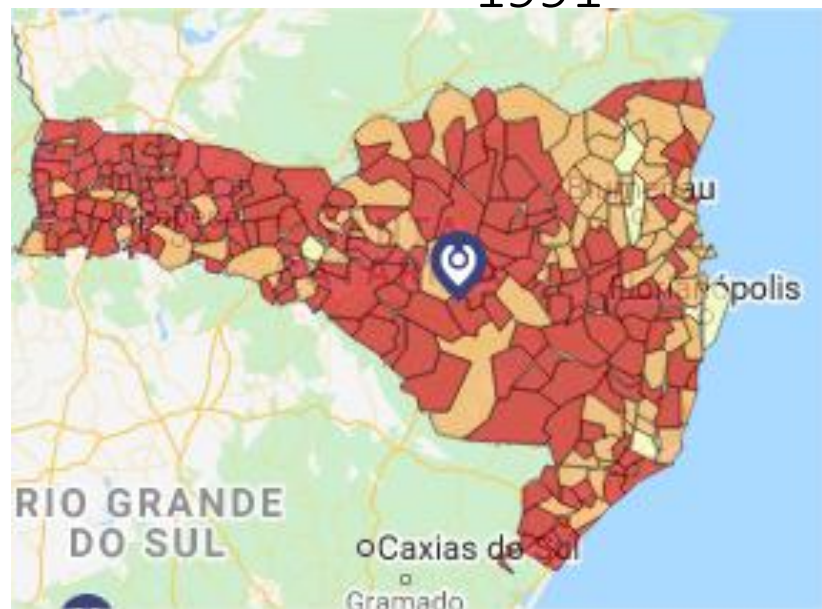
Os efeitos desse conjunto de políticas pode ser avaliado em várias dimensões, com seus efeitos integrados

IDH Santa Catarina

1991

2000

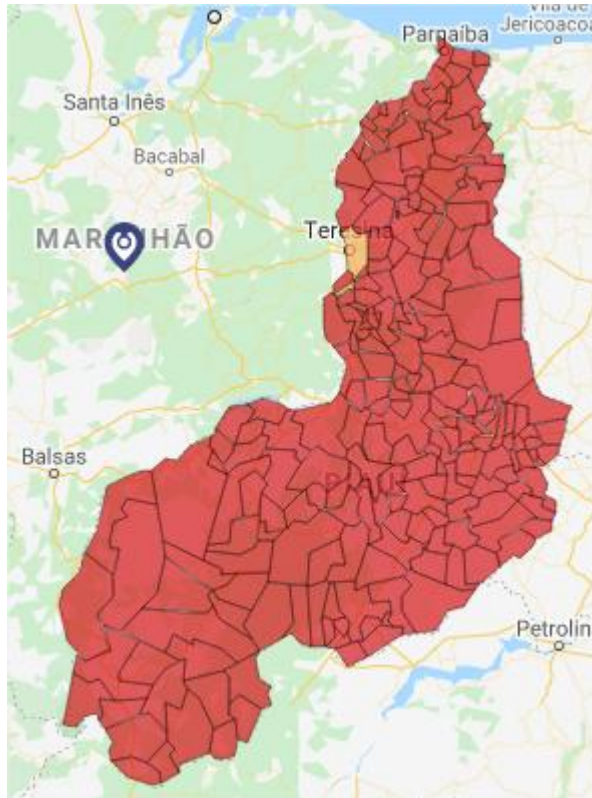
2010



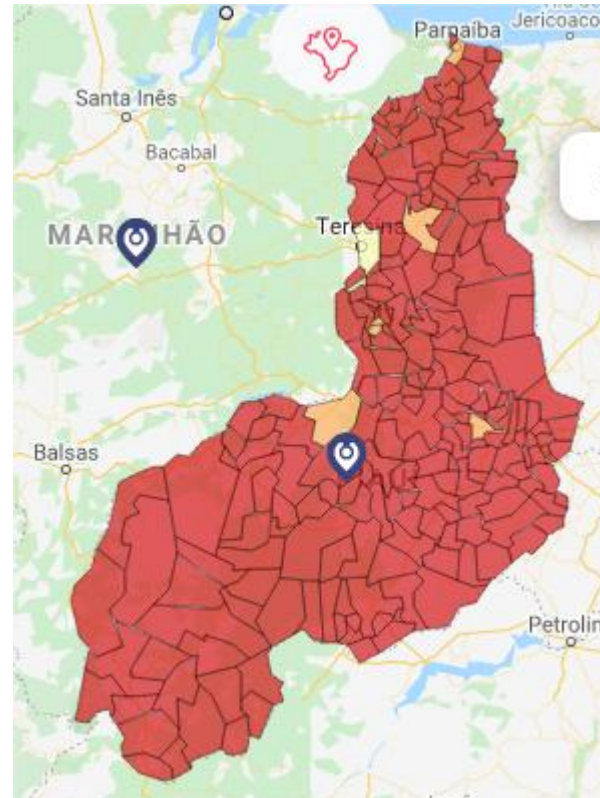
Os efeitos desse conjunto de políticas pode ser avaliado em várias dimensões, com seus efeitos integrados

IDH Piauí

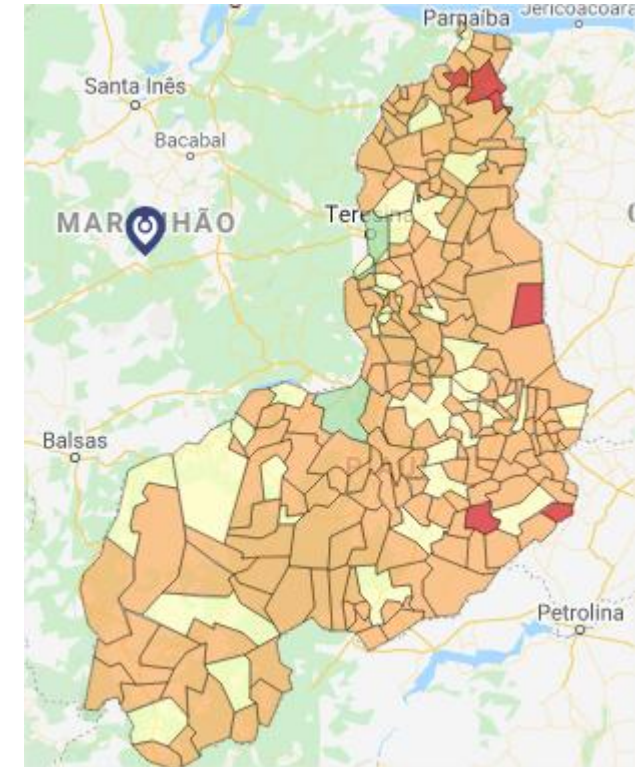
1991



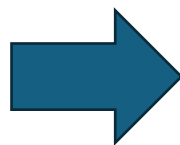
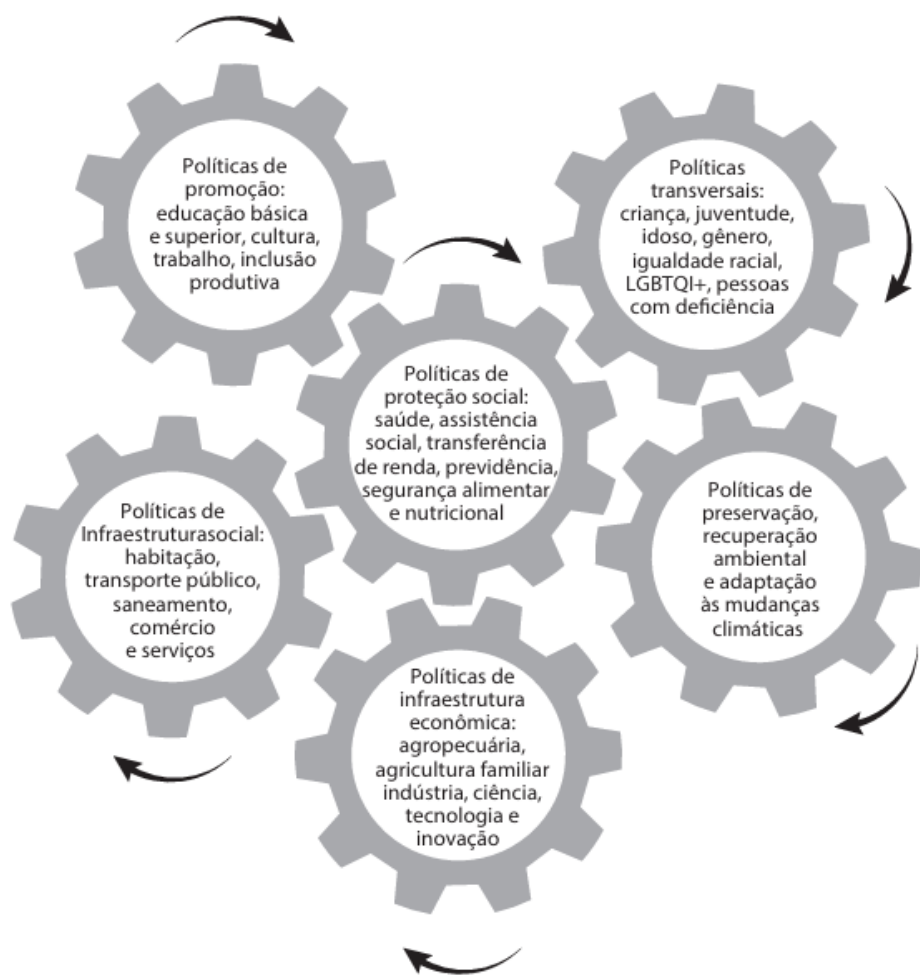
2000



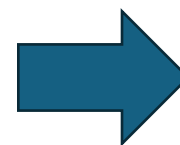
2010



Políticas Públicas e seus programas influenciam comportamentos, estruturam oportunidades e condições de vida, educação, saúde, proteção social e, por aí, determinam ou influenciam os componentes demográficos e dimensões analíticas associadas !



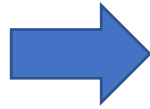
- Serviços de educação
- Serviços de saúde
- Assistência social
- Fomento à pesquisa
- Regulação ambiental
- Mobilidade urbana
- Segurança Pública
- Justiça



- Evolução da mortalidade infantil, esperança de vida
- Envelhecimento assistido ou não
- Fome, Pobreza e Condições de Vida
- Meio ambiente e população
- Projeções populacionais

INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para concretizar seus objetivos as Política Pública se vale de um conjunto de instrumentos e interação de diferentes atores – executivos eleitos, técnicos nos três níveis de governo, representantes parlamentares, movimento social, sindicatos, associações patronais



Instrumentos de Políticas públicas: ferramentas, instituições, técnicas, meios de implementação das Políticas

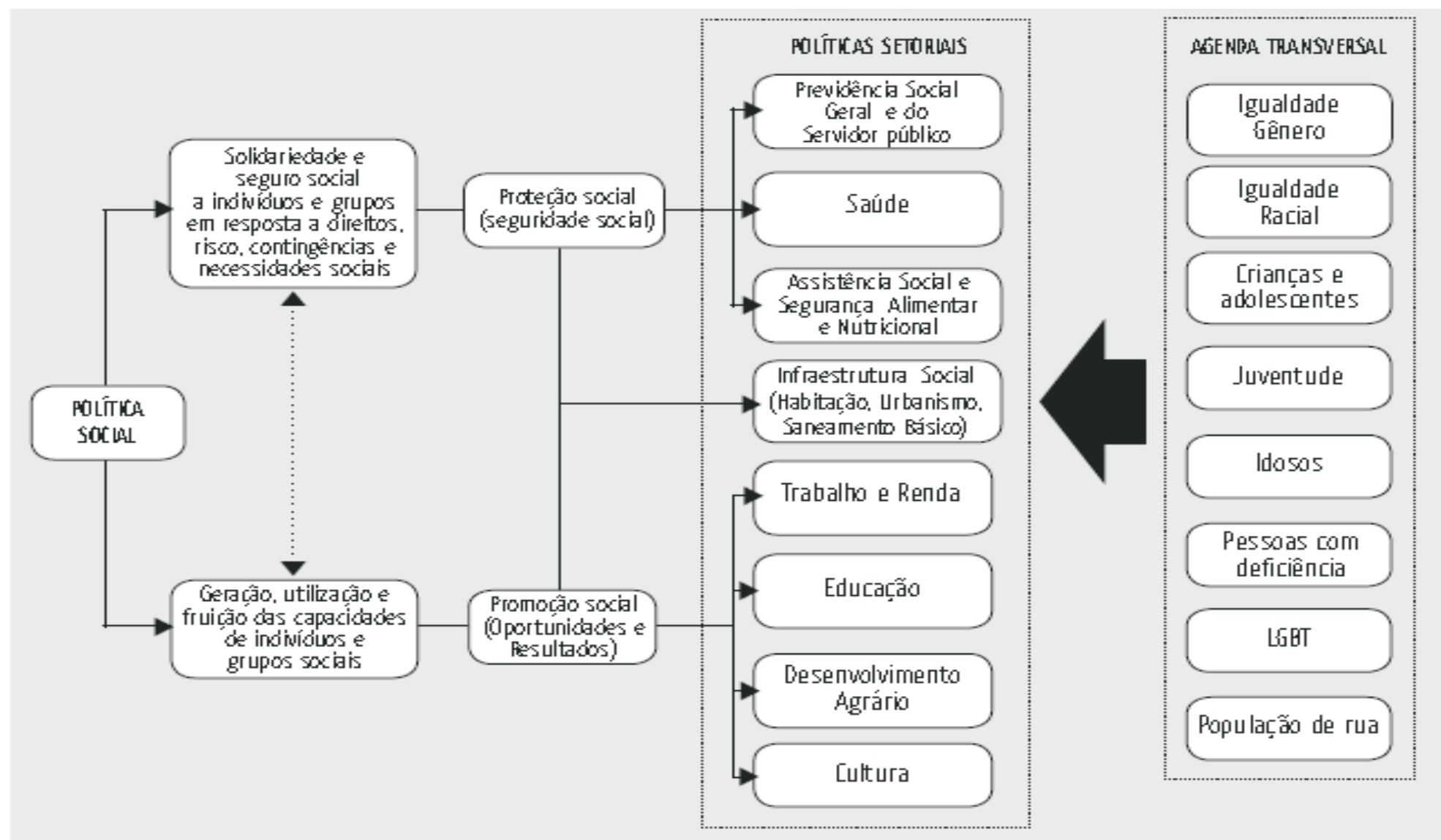
Ollaik e Medeiros (2011) relacionam mais de 14 instrumentos diferentes, mas de forma simplificada, Políticas públicas assumem diferentes formatos:

- Enunciados de diretrizes estratégicas de governo
- Leis e decretos normativos, que especificam de forma mais clara e operacional tais diretrizes,
- Isenções ou incentivos fiscais
- Criação de organizações, planos ou programas que vão conferir operacionalidade às diretrizes, leis e normas. (VILLANUEVA, 2006).

TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS

- Setorial
 - Social: Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho etc
 - Econômica: Industrial, Macroeconômica, Tributária
 - Ambiental, Cultura
 - Transversal: direitos humanos, gênero, jovem, igualdade racial
- Cobertura
 - Universal
 - Afirmativa/Compensatória
 - Dirigida a públicos-específicos
 - Focalizada

TIPOLOGIA DE POLÍTICAS SOCIAIS



Políticas Sociais

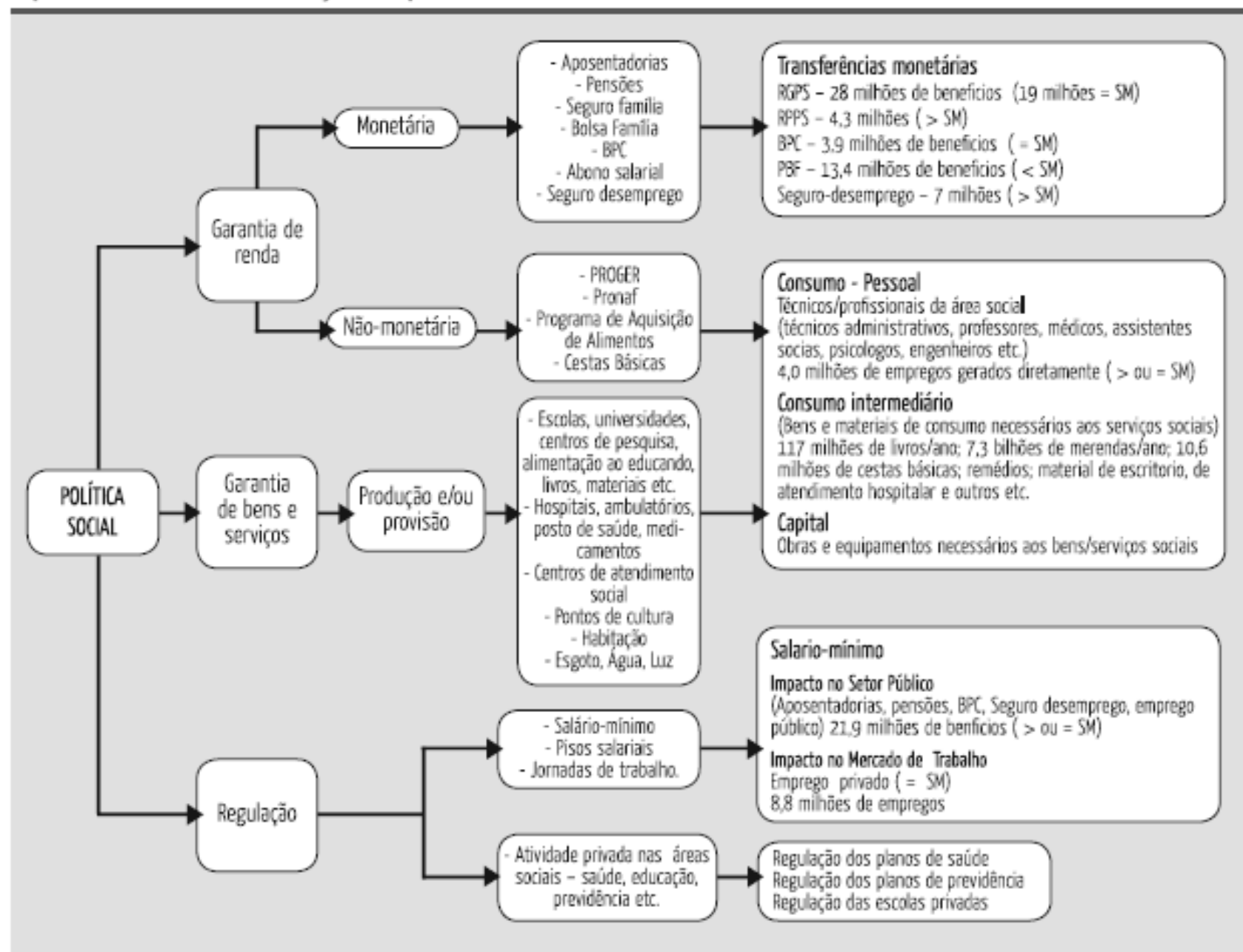
As políticas de **Proteção Social** são aquelas

- vinculadas à seguridade social, destinadas a reduzir e mitigar os riscos e vulnerabilidades a que qualquer indivíduo está exposto numa sociedade de mercado, tal como o de não poder prover o seu sustento e de sua família por meio do trabalho, seja por velhice, morte, doença ou desemprego. Essa categoria engloba os diferentes programas e ações da previdência social (aposentadorias, pensões e auxílios) geral e do setor público, saúde, assistência social e seguro-desemprego. (CASTRO 2011: 71)

As políticas de **Promoção Social** constituem-se naquelas

- ... políticas que, a partir de determinados instrumentos, pretendem garantir aos cidadãos oportunidades e resultados mais amplos e mais equânimes de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico. Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão – casos da educação, do acesso à cultura e das políticas de trabalho e renda que buscam a qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho – até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana. (CASTRO 2011: 72)
- Políticas de **Infraestrutura Social**: Moradia e Saneamento
- Políticas **Transversais**, seja com caráter mais protetivo ou de promoção social, são voltadas para a igualdade de gênero, igualdade racial, direitos humanos e segmentos demográficos (crianças, adolescentes, juventude e idosos)

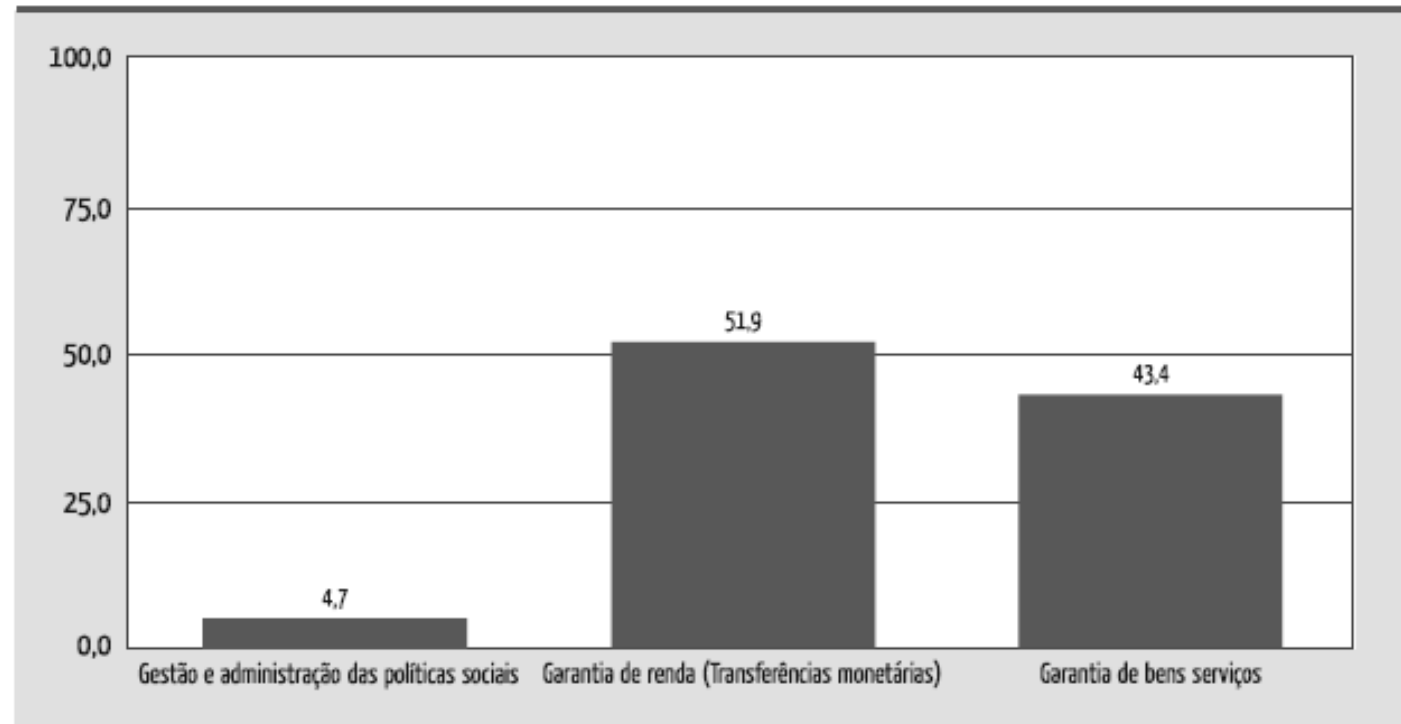
Tipos básicos de intervenção da política social brasileira - 2010



Políticas Sociais

- Considerando os recursos federais, as políticas de garantia de renda representam 52% do gasto com políticas sociais, mais do que os invertidos em equipamentos públicos, bens e produtos distribuídos 43%) em 2008.
- Municípios e Estados tendem a aportar mais recursos em bens e produtos (escolas, UBS, rodovias etc)
- Essas parcelas podem ter mudando até 2019, com aumento das transferências de renda e queda do investimento público.

Gastos do governo com os tipos básicos de políticas e a gestão e administração das políticas sociais
Brasil, 2008 (em %)



Fonte: Castro (2008) e Sistema Integrado de dados Orçamentários (Sidor) do MPOG.

TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO

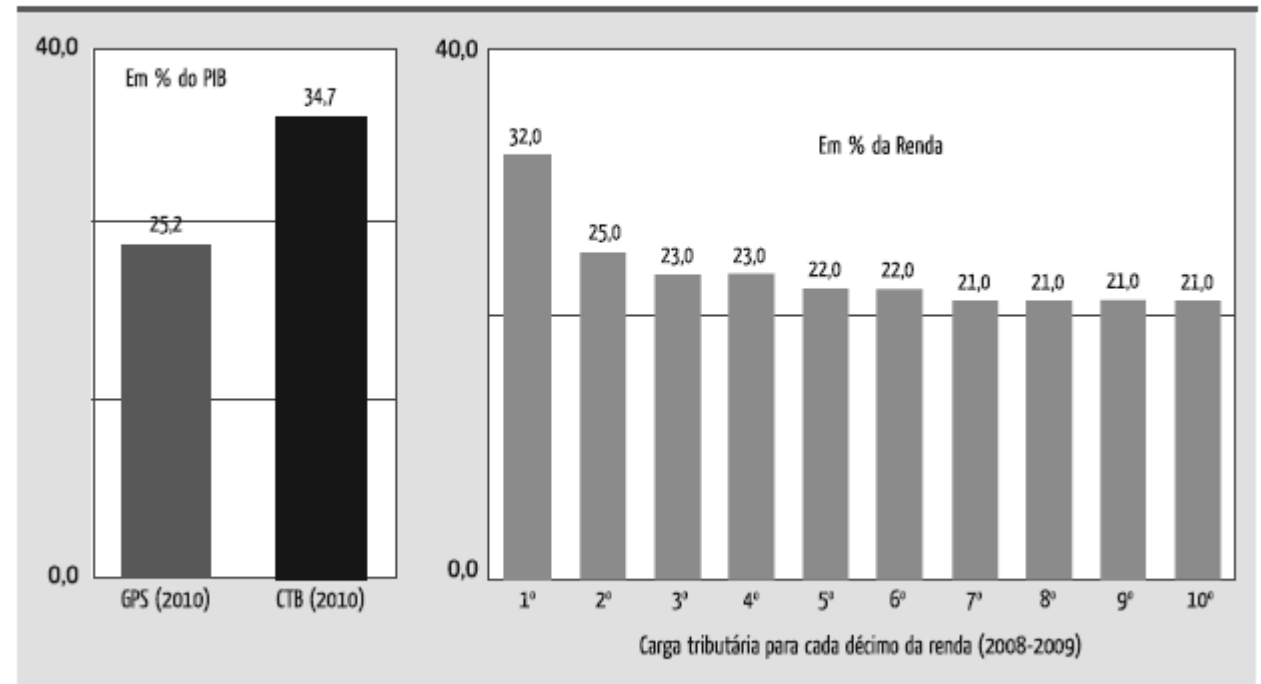
Tipologia de Políticas Públicas segundo natureza das disputas/conflitos entre atores e - Lowi (1970), Wilson (1983)

		Setores e públicos afetados no financiamento	
		Concentrados	Difusos
Amplitude de repercussão dos benefícios	Concentrados	Programas redistributivos Mais disputados e conflituosos na sociedade, pois há quem se veja como financiador de políticas para outros desfrutarem como: Políticas Tributárias, Cotas para ensino superior, Fundeb, Demarcação de Terras Indígenas, programa Bolsa Família. Em geral, contam com muitos estudos publicados em revistas acadêmicas e evidências primárias produzidas em avaliações específicas, inclusive, experimentais.	Programas distributivos Mais consensualmente aceitos pela sociedade que financia programas e serviços que vão atender toda ou parte da população como: programas voltados à Educação Básica, programas para infância e população idosa, Esportes e Lazer. Em geral, há boa disponibilidade de evidências publicadas em relatórios do Sistema Estatístico e publicações internacionais.
	Difusos	Políticas regulatórias Têm repercussões desejáveis e difusas por toda a sociedade, mas são combatidas pelos setores afetados como: a regulação ambiental, legislação de proteção ao consumidor, restrição ao fumo e bebidas. Evidências produzidas e publicadas em canais específicos pelos setores afetados procuram se contrapor às publicadas ou às percepções gerais da sociedade.	Metapolíticas ou Políticas constitutivas Baixo interesse público, mas com repercussão geral, como a Lei Eleitoral e Sistema Político. Evidências resultam de análise de políticas publicadas em periódicos especializados, em geral, restritos à comunidade acadêmica ou política, baseados em pesquisas eleitorais, registros de votações em eleições etc.

Políticas Sociais

- A carga fiscal passou de 18% nos anos 1980 para 33% no final do Governo FHC, mantendo-se em cerca de 35% nos anos Lula-Dilma. (Patamar de Portugal 42% em 2019)
- Cerca de 70% dessa carga é voltada para políticas sociais, que representam cerca de 25% do PIB, patamar mais elevado entre países da ALC, com exceção Cuba, Costa Rica.
- O financiamento das políticas sociais se dá através de contribuições sociais (INSS etc) e tributos diretos e indiretos.
- A carga tributária total é regressiva, em que os 10% mais pobres recolhem 32% e mais 10% mais ricos, 21% sobre sua renda

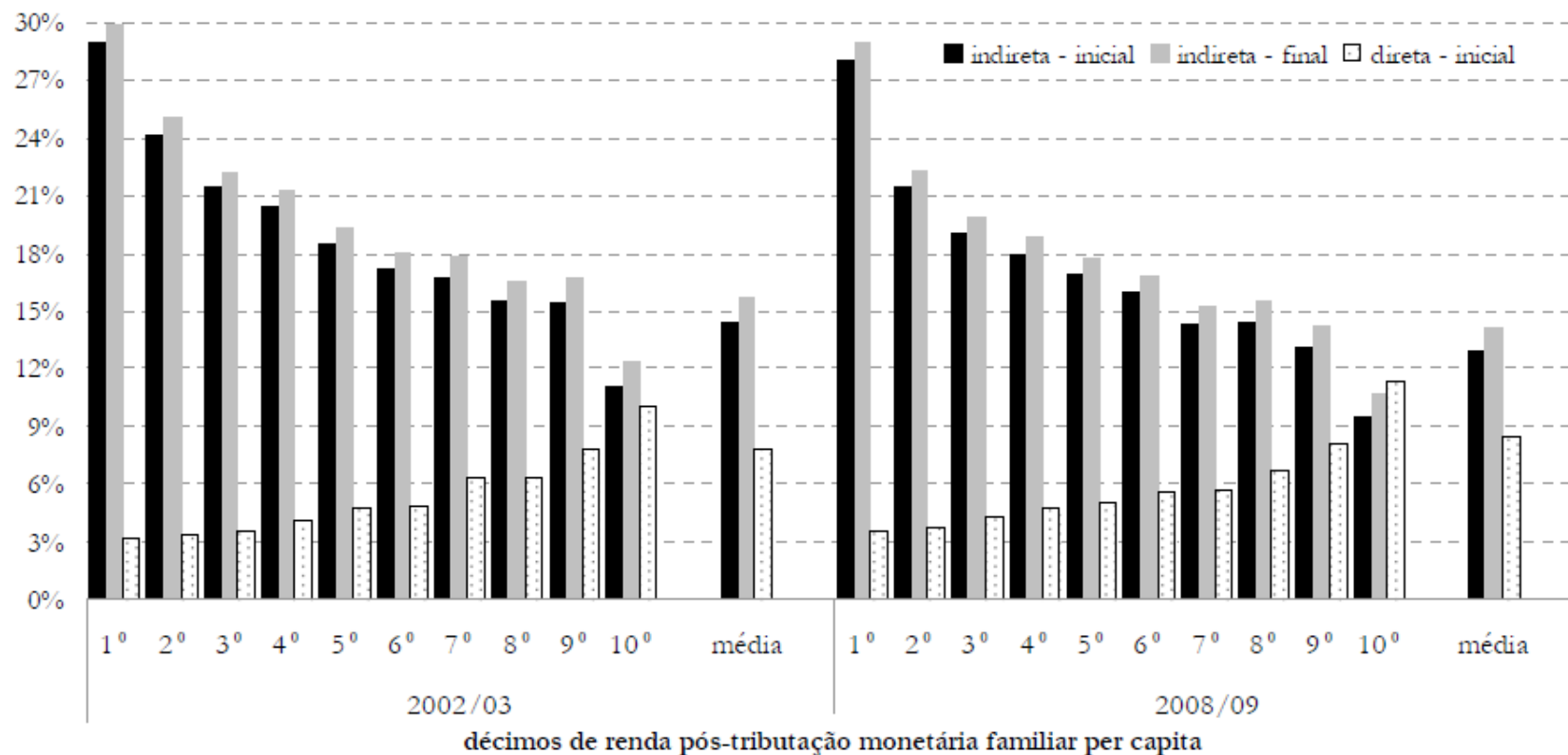
Gasto Público Social (GPS) e Carga Tributária Bruta (CTB), em 2010. Carga tributária para cada décimo de renda, em 2008-2009



Fonte: Castro (2012) e Silveira et. alli (2011).

Quem financia as políticas públicas ?

Gráfico 2 - Carga tributária sobre renda total



Décimos de Renda	2008-2009		Renda dom per capita
	Indireta	Direta	
1	28	4	54,81
2	22	4	122,23
3	19	4	182,38
4	18	5	248,88
5	17	5	331,53
6	16	5	431,11
7	15	6	563,17
8	15	7	775,03
9	13	8	1.176,71
10	10	11	3.443,84
			733,04

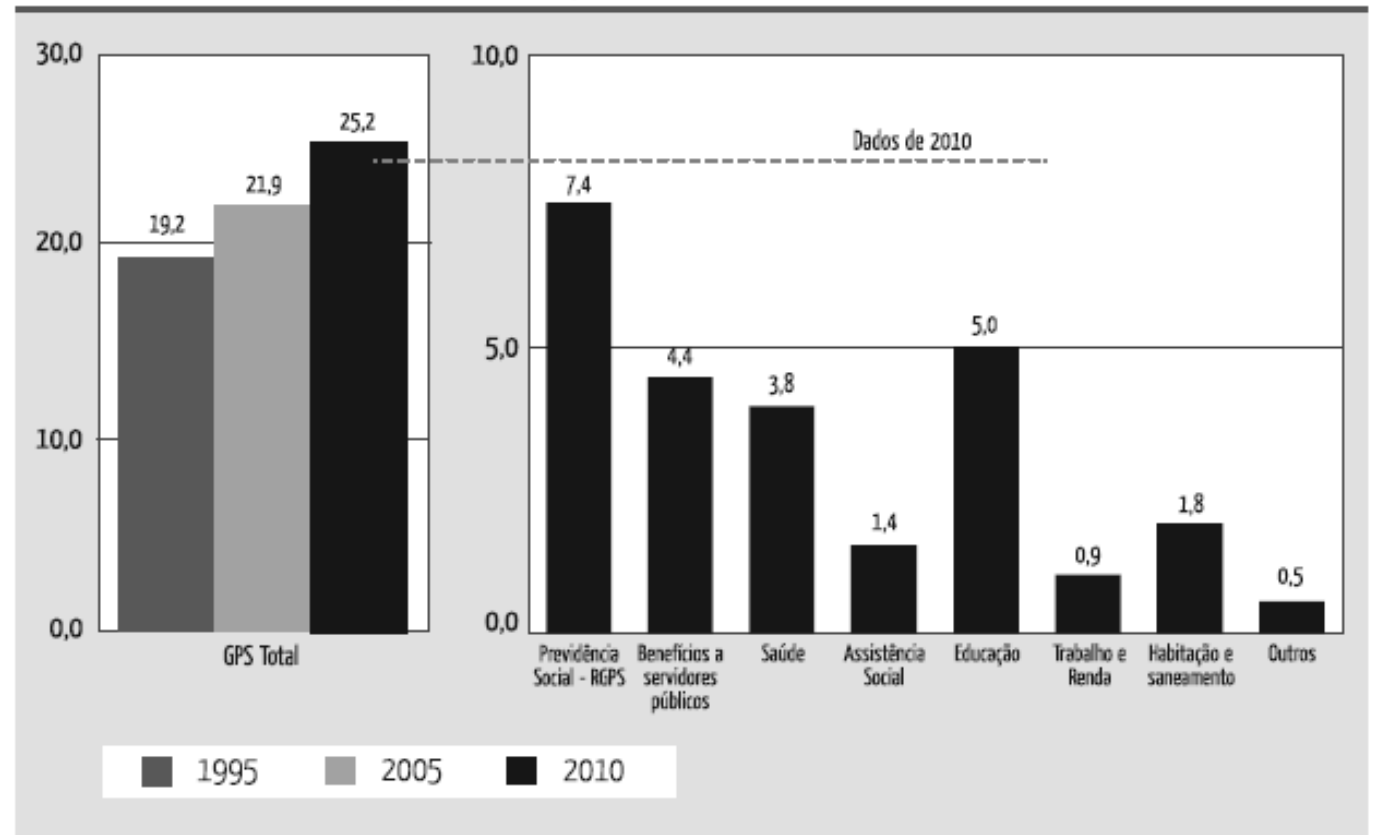
Fonte: POFs 2002/03 e 2008/09 (microdados)

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5207#:~:text=O%20estudo%20apresenta%20as%20tend%C3%AAncias,as%20despesas%20previdenci%C3%A1ria%20e%20assistencial.>

Políticas Sociais

- Dados mais atualizados (2015-2017) :
 - Previdência (9% PIB)
 - Serviço Público (5%)
 - Saúde (5%)
 - Educação (5%)
 - Habitação + Saneamento (1,5%)
 - Assistência + Seg Alimentar (1,5%)
- Nesse cômputo estão contabilizadas as deduções de IR em Saúde e Educação.
- Os serviços públicos de educação e saúde públicos tem papel importante para reverter parte da desigualdade social
- Gini de 0,64 para 0,50 pos-tributação e bens públicos

Gasto Público Social e áreas de atuação
Brasil, 1995, 2005 e 2010 (em % do PIB)

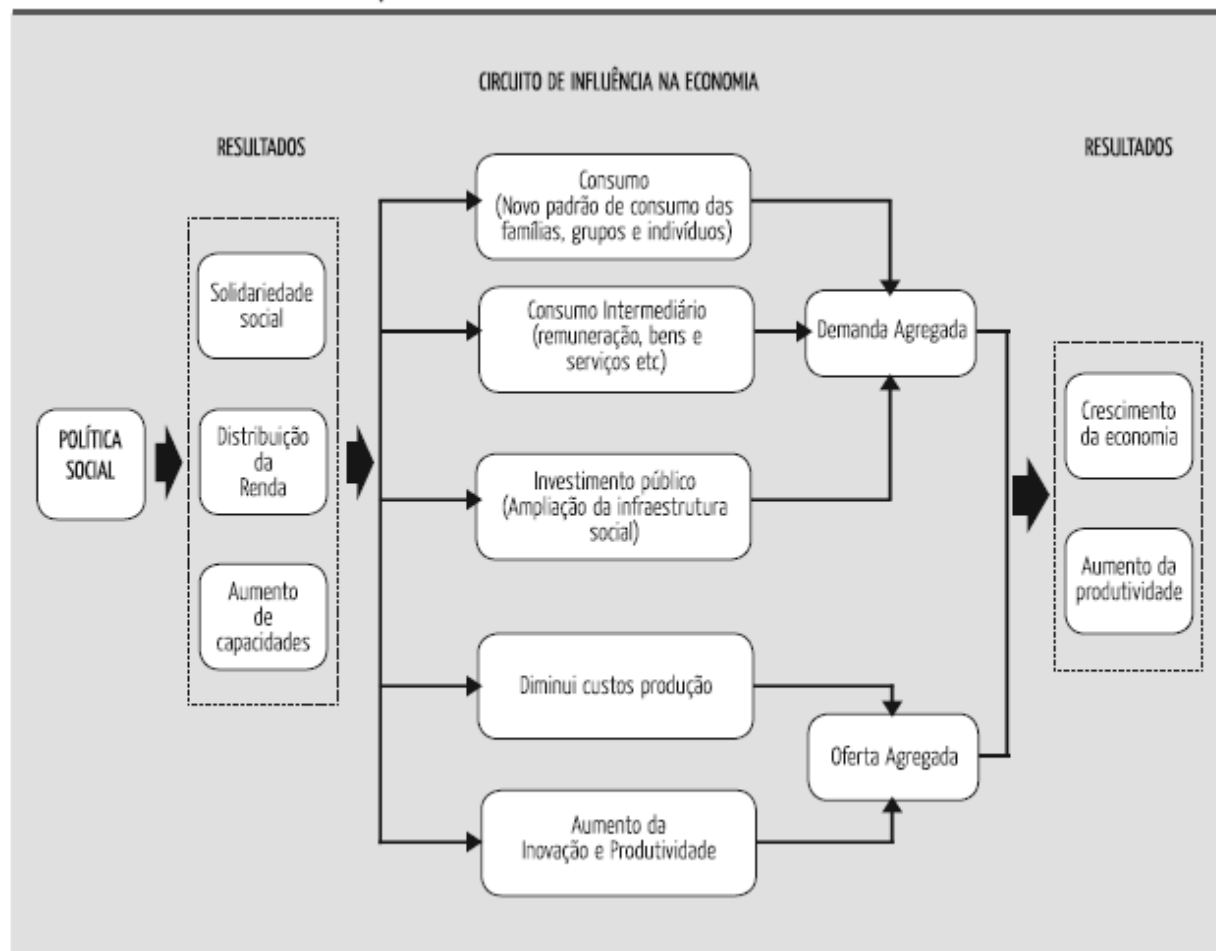


Fonte: Castro (2008) e Sistema Integrado de dados Orçamentários (Sidor) do MPOG.

Políticas Sociais

- Políticas sociais tem enorme efeito dinamizador na economia, pela distribuição de renda, pelo investimento na construção de escolas, geração de empregos e efeitos indiretos na qualificação da mão-de-obra.

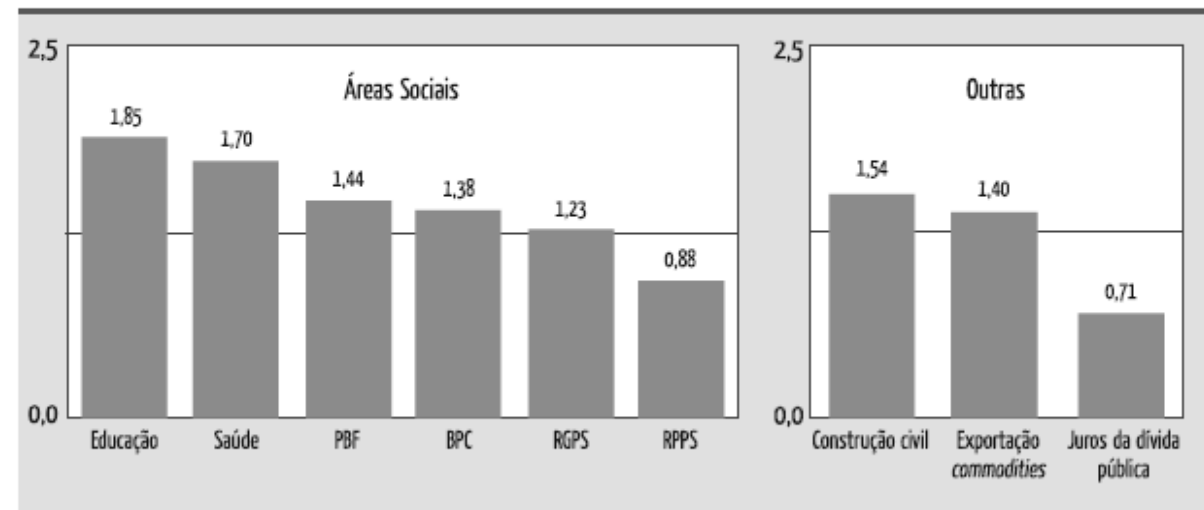
Política Social e a Economia: impulsos e resultados



Elaboração do autor.

Gráfico 8

Efeito multiplicador dos gastos das áreas sociais e outras áreas selecionadas no PIB
Brasil, 2006



Fonte: IPEA (2010d). Elaboração do autor.

<https://terapiapolitica.com.br/efeitos-virtuosos-das-politicas-sociais/>

Processo da Política Pública; Ciclo ou Espiral ?

Figura 1: Ciclo clássico de Políticas e Programas



Figura 2: Espiral da Implementação das Políticas e Programas



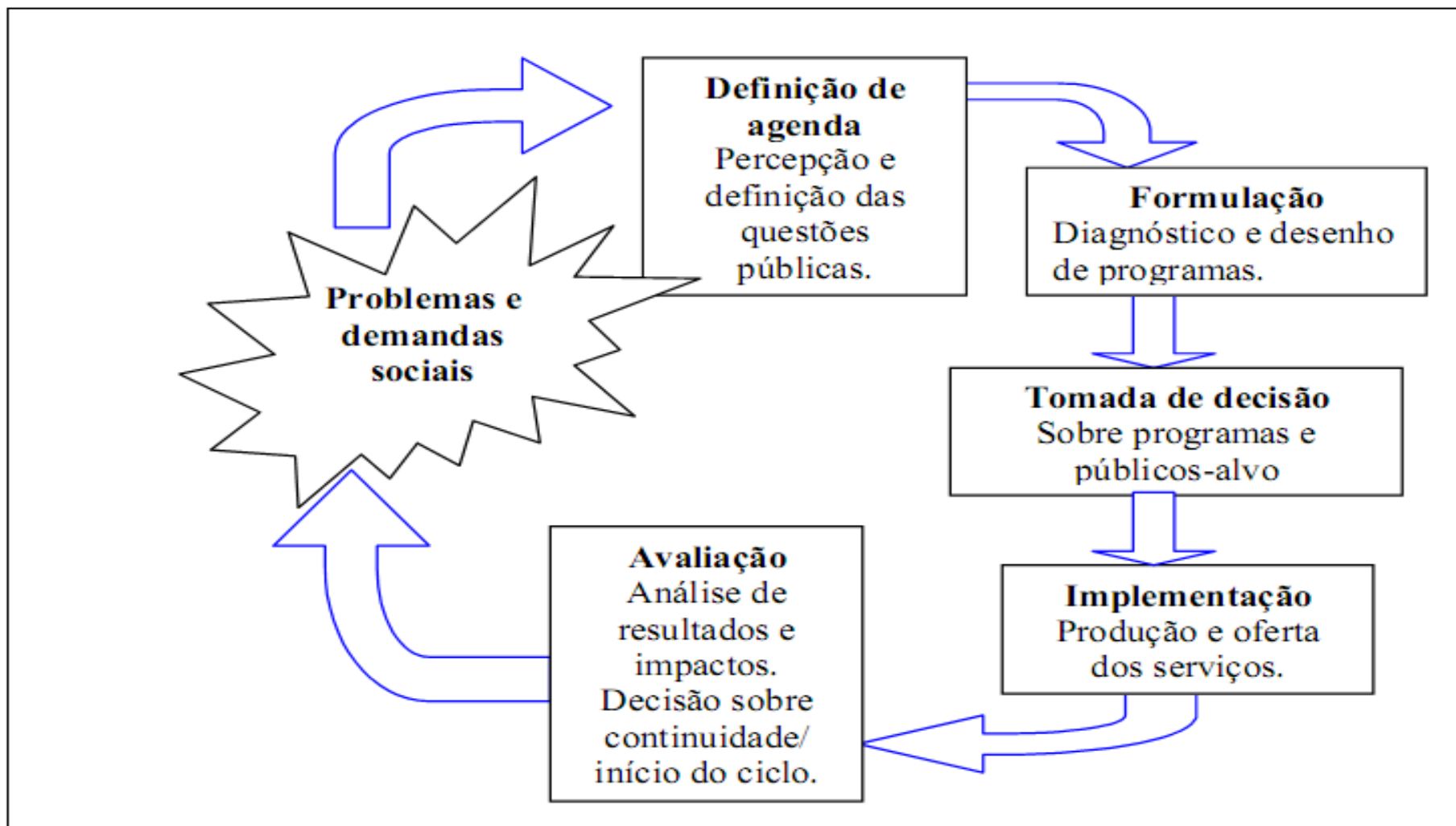
PONTO DE VISTA

Do ciclo de formulação e avaliação de políticas à espiral de implementação

Paulo de Martino Jannuzzi 27 Set 2023 (atualizado 27 set 2023 às 17h11)

Ciclo de Políticas e Programas

Diagrama 1: O Ciclo de Políticas e Programas Públicos



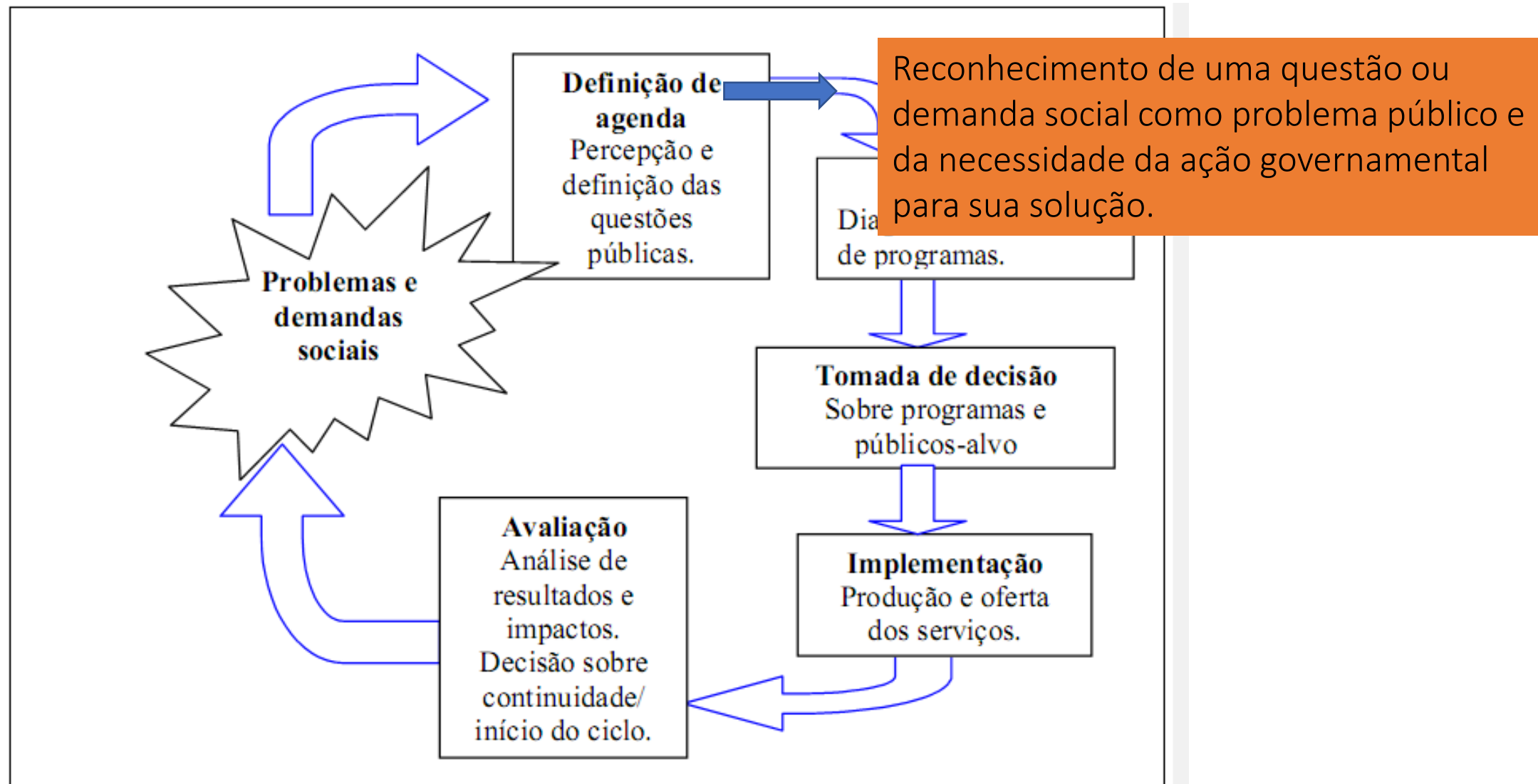
Ciclo de Políticas e Programas

- Definição da Agenda Política corresponde aos múltiplos caminhos e processos que culminam com o reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução; isto é, a legitimação da questão social na pauta pública ou agenda das políticas públicas do país, em determinado momento.
- A Formulação de Políticas e Programas refere-se aos processos e atividades relacionados à construção de possíveis soluções, encaminhamentos e programas para lidar com a questão recém-legitimada na agenda. É preciso, então, em sequência – na Tomada de Decisão Técnica-Política –, escolher o rumo a seguir, de ação efetiva ou não, decidindo-se por uma ou algumas das alternativas

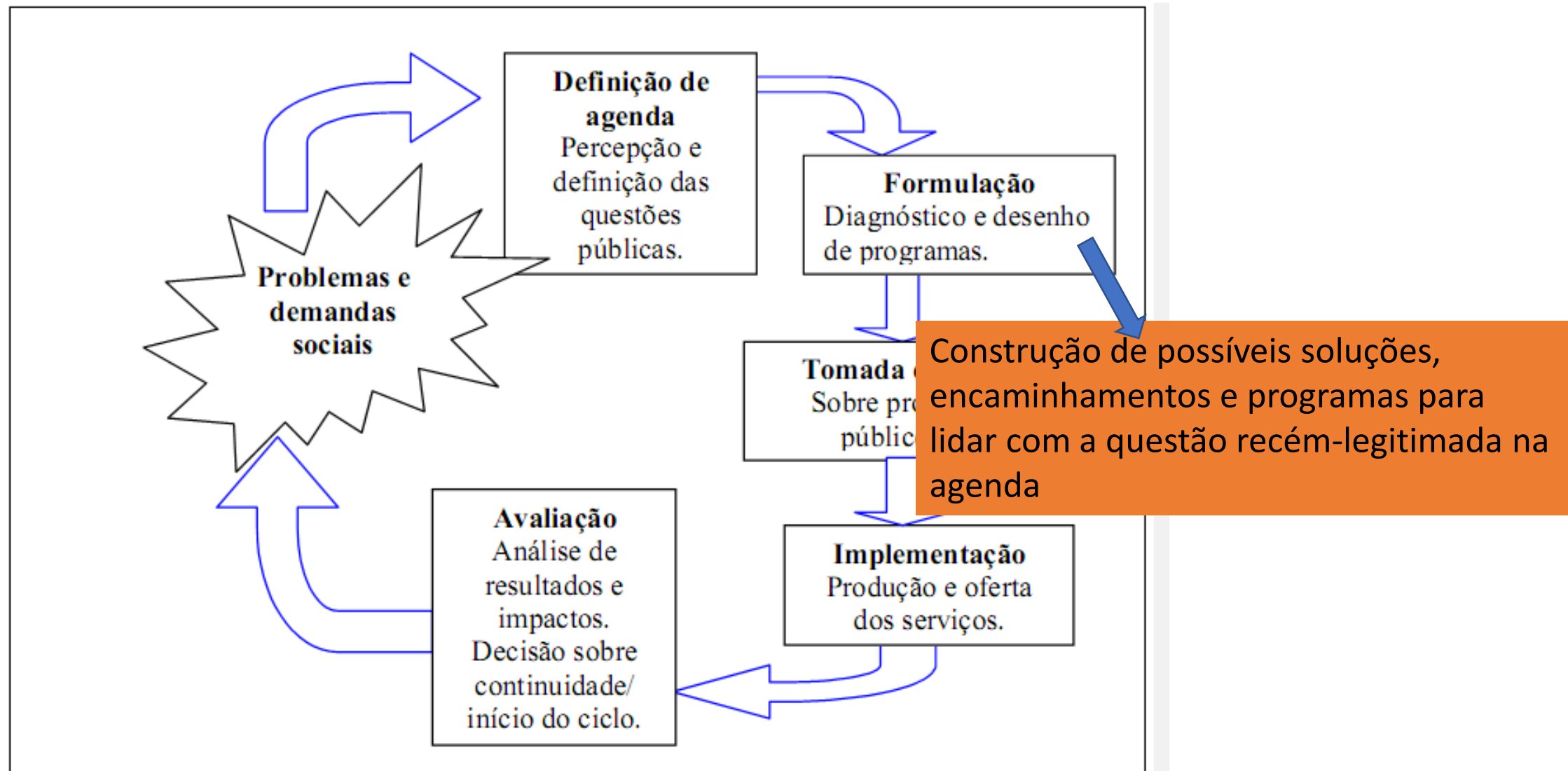
Ciclo de Políticas e Programas

- A Implementação de Políticas e Programas corresponde aos esforços de implementação da ação governamental, na alocação de recursos e desenvolvimento dos processos previstos nas alternativas e programas escolhidos anteriormente.
- Avaliação das Políticas e Programas é a análise se os esforços empreendidos estão atuando no sentido esperado de solucionar o problema original. É necessário avaliar se é preciso realizar mudanças nos programas implementados para garantir sua efetividade; descontinuí-los, se o problema deixou de compor a agenda; ou então adaptá-los a uma nova realidade, reiniciando o ciclo.

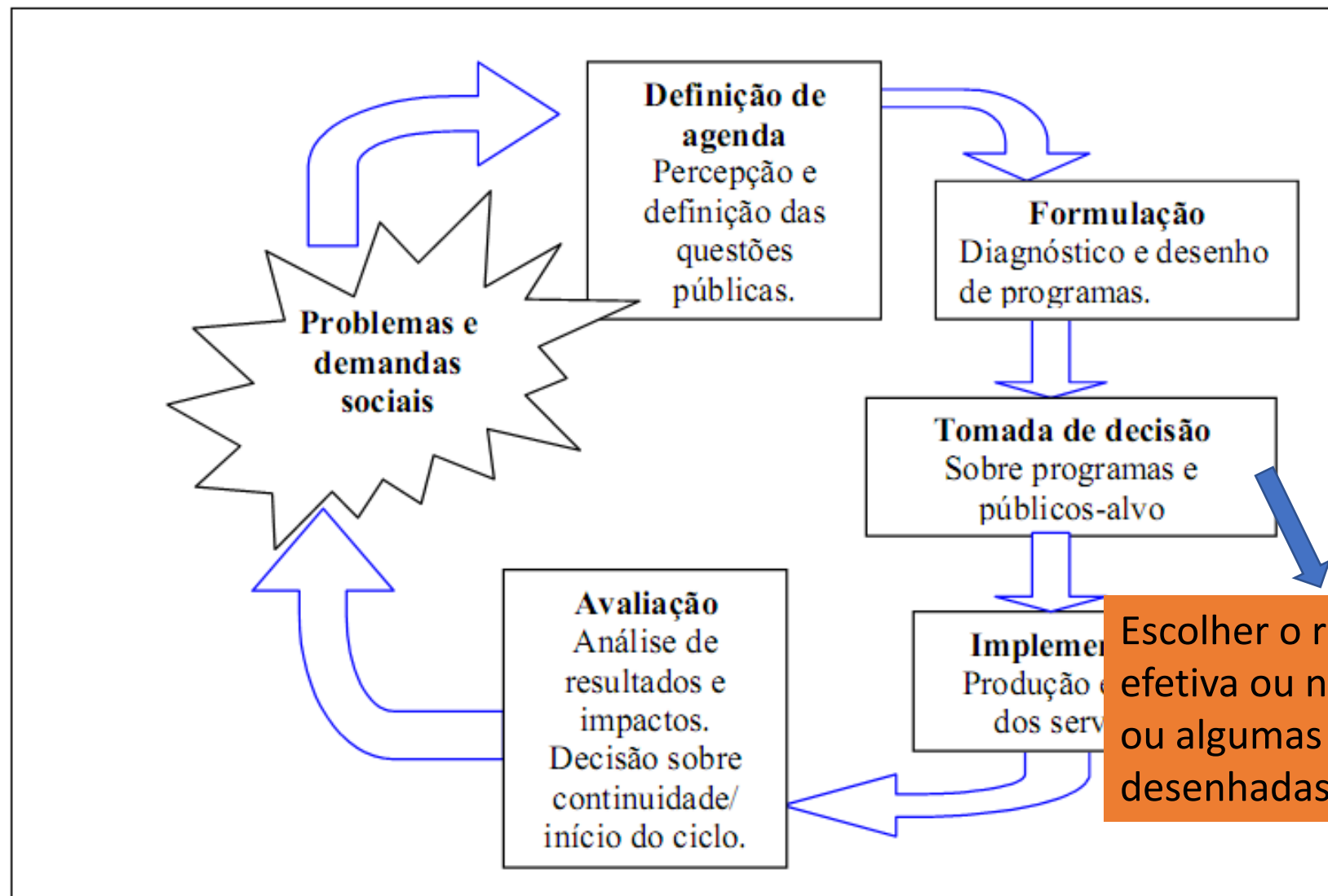
Políticas e Programas demandam insumos informacionais diferentes ao longo do ciclo de implementação



Políticas e Programas demandam insumos informacionais diferentes ao longo do ciclo de implementação

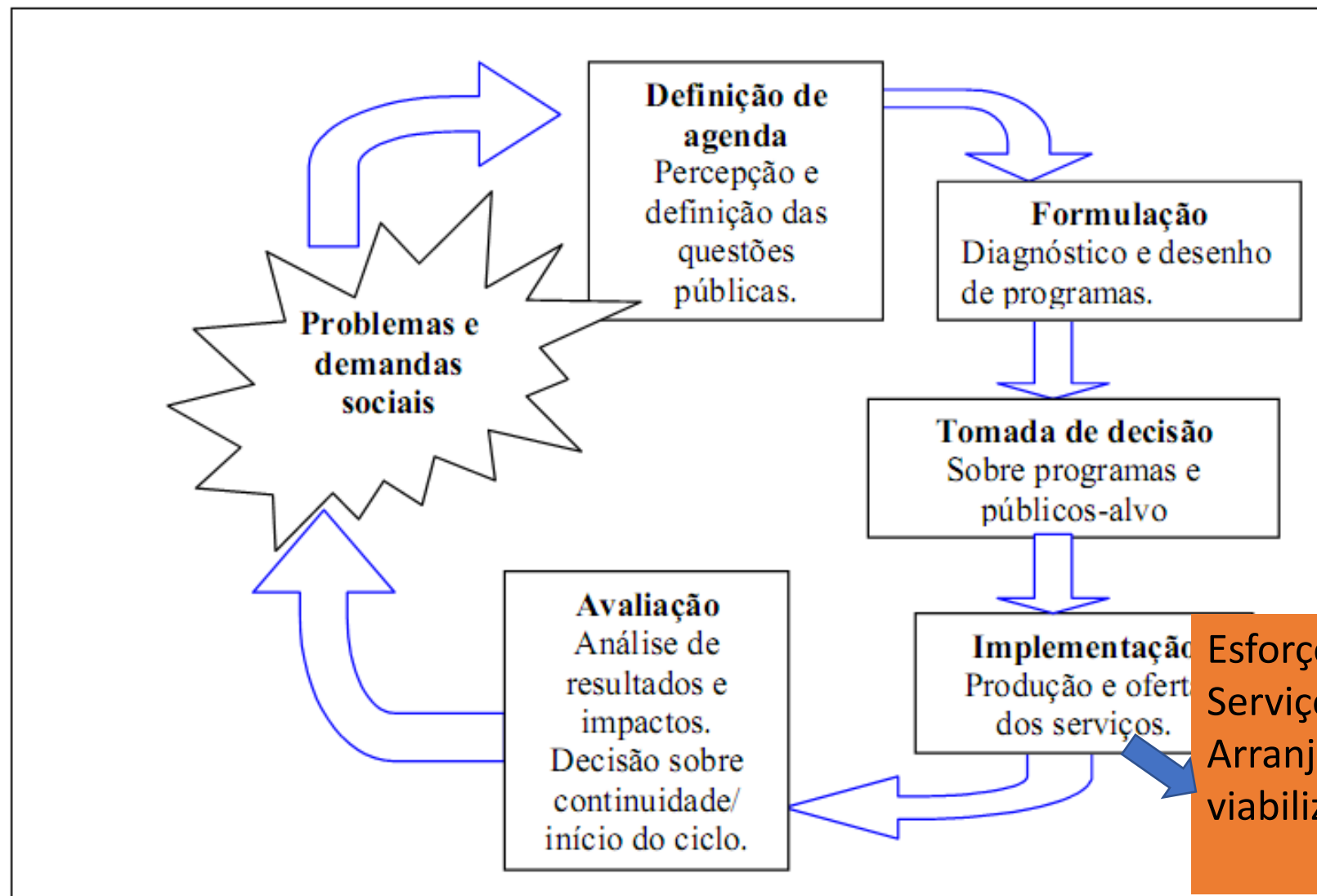


Políticas e Programas demandam insumos informacionais diferentes ao longo do ciclo de implementação



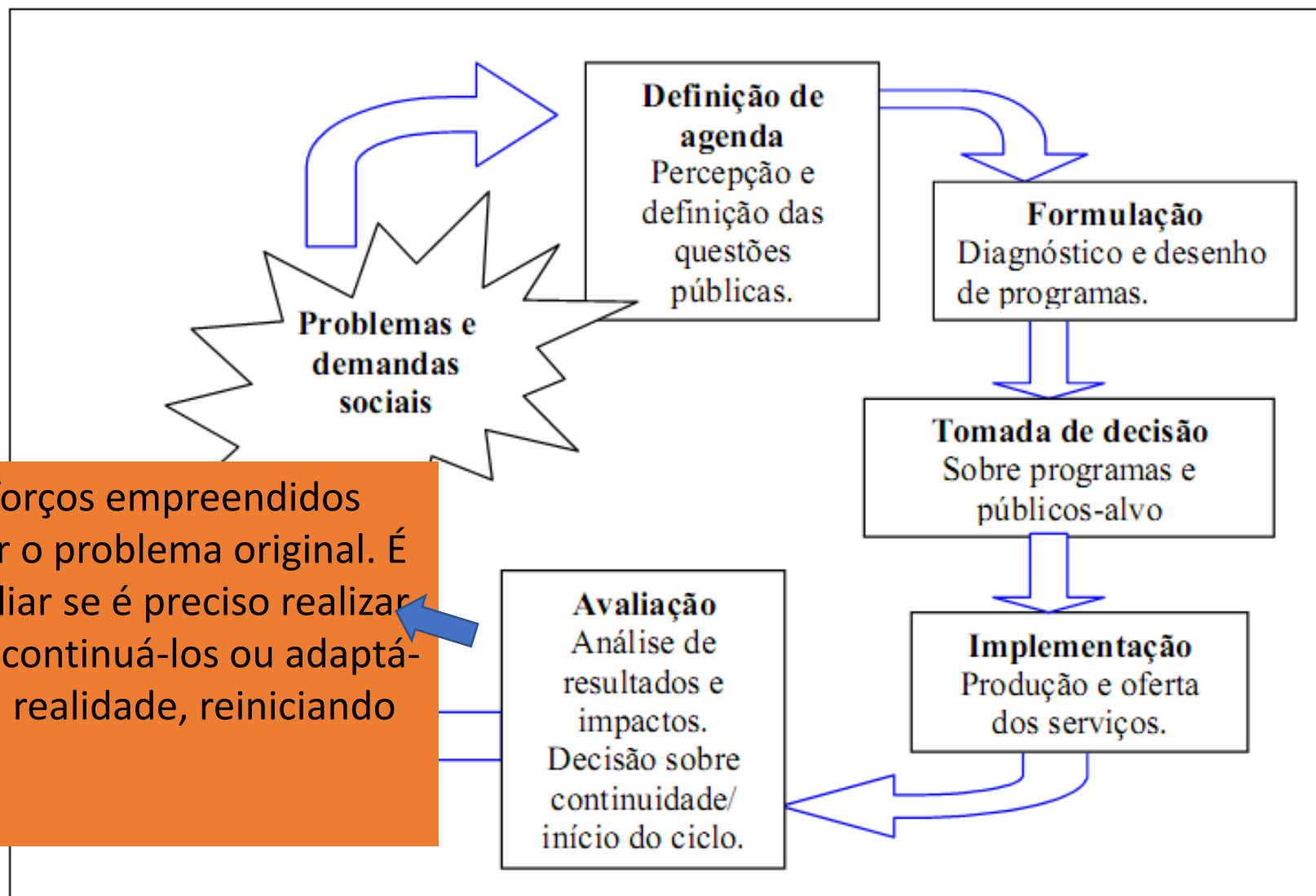
Escolher o rumo a seguir, de ação efetiva ou não, decidindo-se por uma ou algumas das alternativas desenhadas ou públicos-alvos.

Políticas e Programas demandam insumos informacionais diferentes ao longo do ciclo de implementação



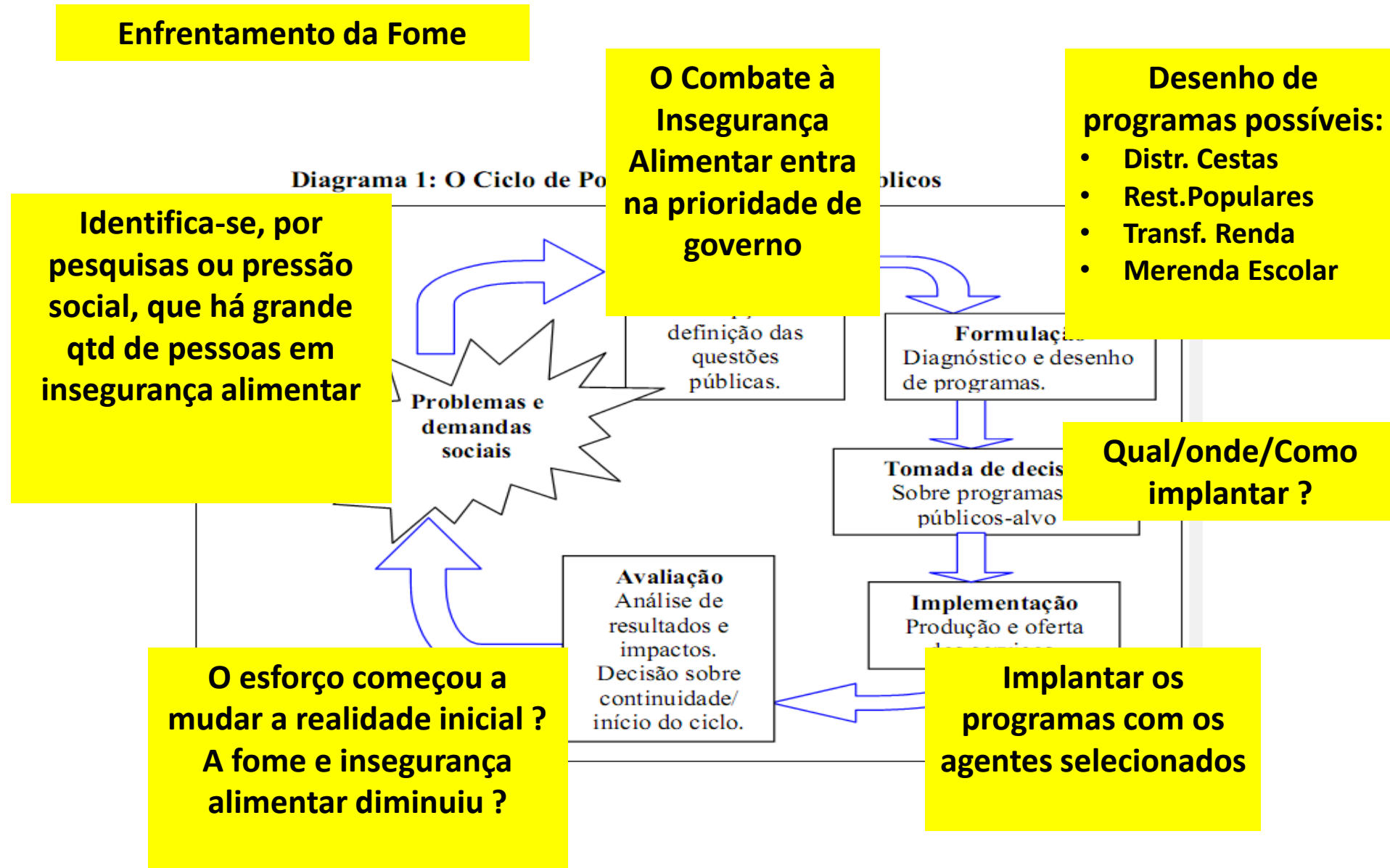
Esforços na alocação de recursos – Serviços, RH, \$\$\$, Equipamentos, Arranjo operacional, Part. Social- para viabilizar as entregas

Políticas e Programas demandam insumos informacionais diferentes ao longo do ciclo de implementação



Análise dos esforços empreendidos para solucionar o problema original. É necessário avaliar se é preciso realizar mudanças, descontinuá-los ou adaptá-los a uma nova realidade, reiniciando o ciclo.

O Ciclo de Políticas Públicas



Ciclo de Políticas e Programas

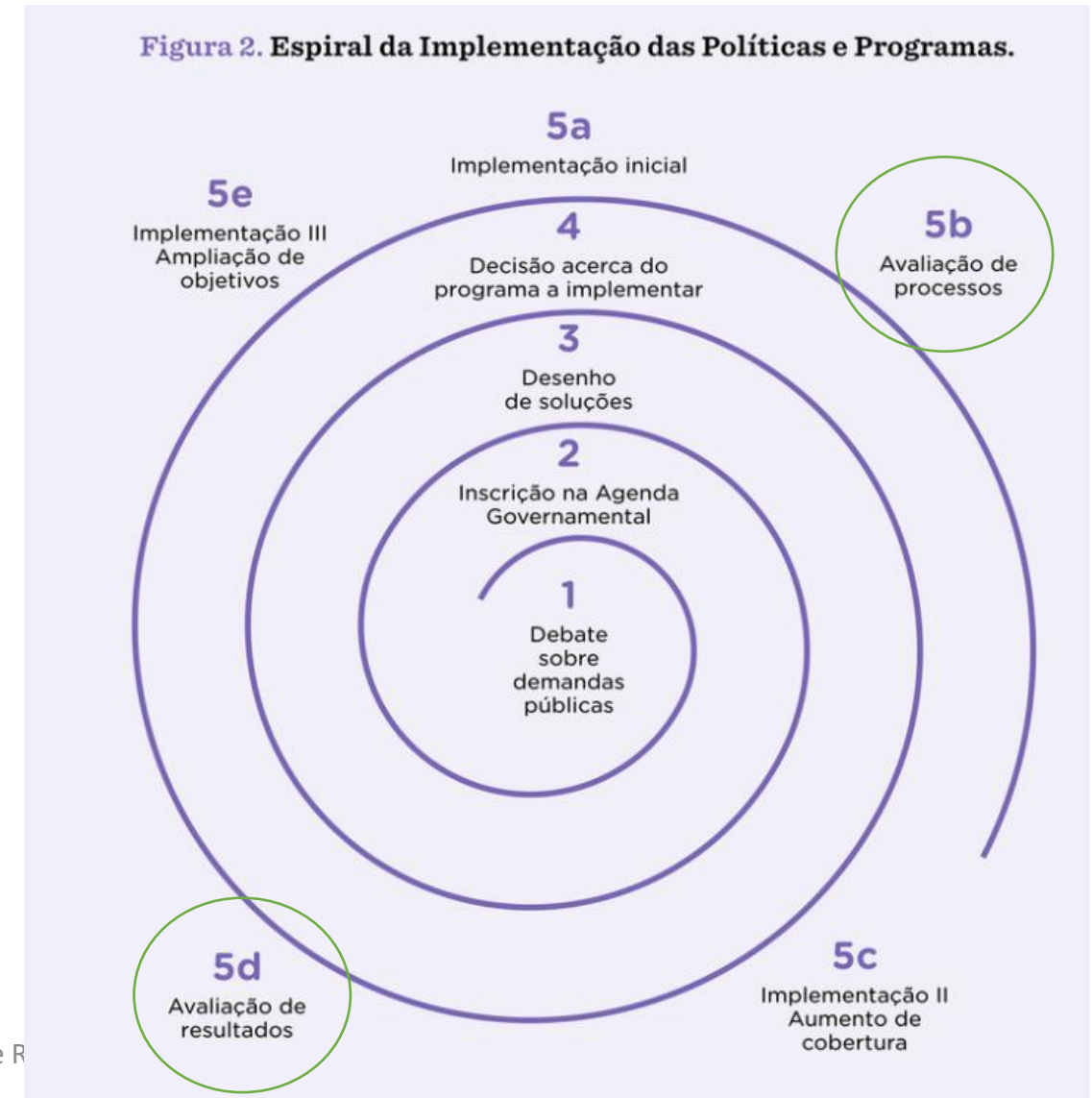
- Esse modelo de representação tem a grande virtude de facilitar o entendimento do processo complexo de interação de diversos agentes, nos múltiplos estágios por que passa a formulação de políticas públicas, oferecendo um marco metodológico geral para análises isoladas de cada etapa do processo ou das relações de cada uma com as demais, à montante ou à jusante.
- A “resiliência” desse modelo clássico às críticas de pesquisadores acadêmicos é que ele parece como um modelo prescritivo ideal a ser adotado, em que gestores eleitos governam com corpos burocráticos com boa capacidade de diagnóstico de problemas, com posturas ativas e inovadoras na formulação de programas, operando com racionalidade técnica na tomada de decisões, com controle efetivo das atividades na implementação dos programas públicos e objetividade na avaliação desses.

Virada cognitiva/Ideacional na formação e manuais usados no Campo de Públicas

Avaliação como processo de legitimação da Política



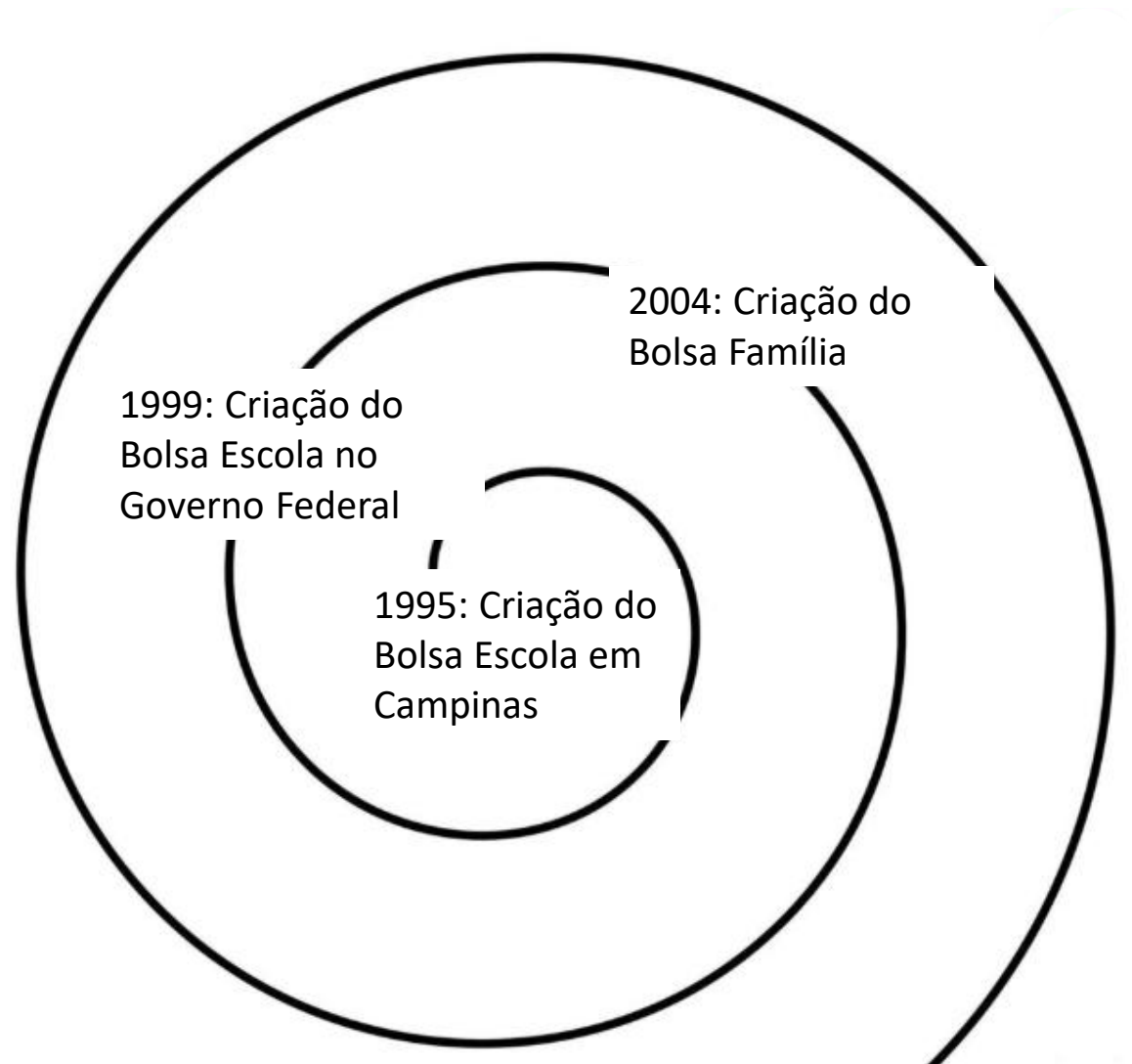
Avaliação como parte do processo de implementação



Do ciclo de formulação e avaliação de políticas à espiral de implementação

Paulo de Martino Jannuzzi 27 Set 2023 (atualizado 27 set 2023 às 17h11)

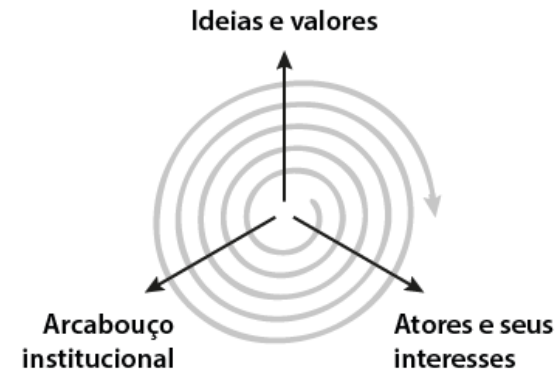
Espiral de Implementação : Linha do Tempo do Bolsa Família



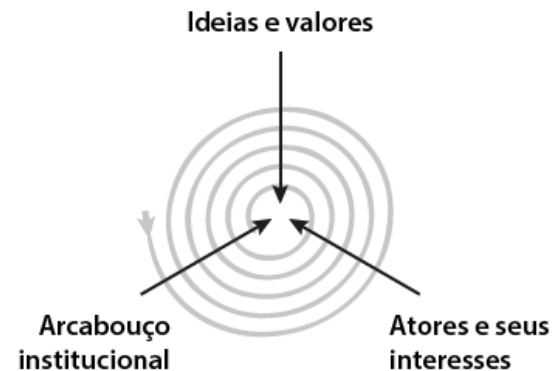
Espiral de Implementação : Água Para Todos



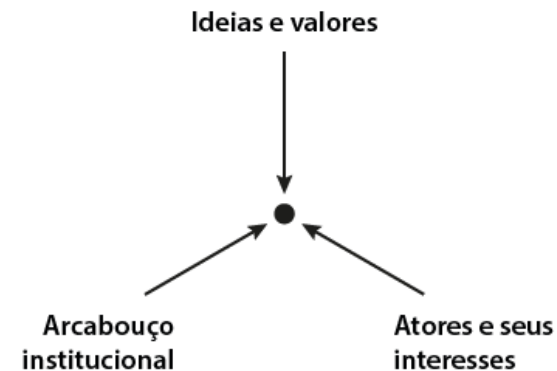
Espiral evolutiva do APT no contexto de criação do Projeto Cisternas 1999-2003, pela sensibilização crescente quando à questão de acesso à água e atuação de atores engajados



Espiral evolutiva do APT no contexto de expansão do Fome Zero ao do Plano Brasil Sem Miséria, em um Espírito do Tempo favorável, ampliação da base normativa e envolvimento de muitos atores



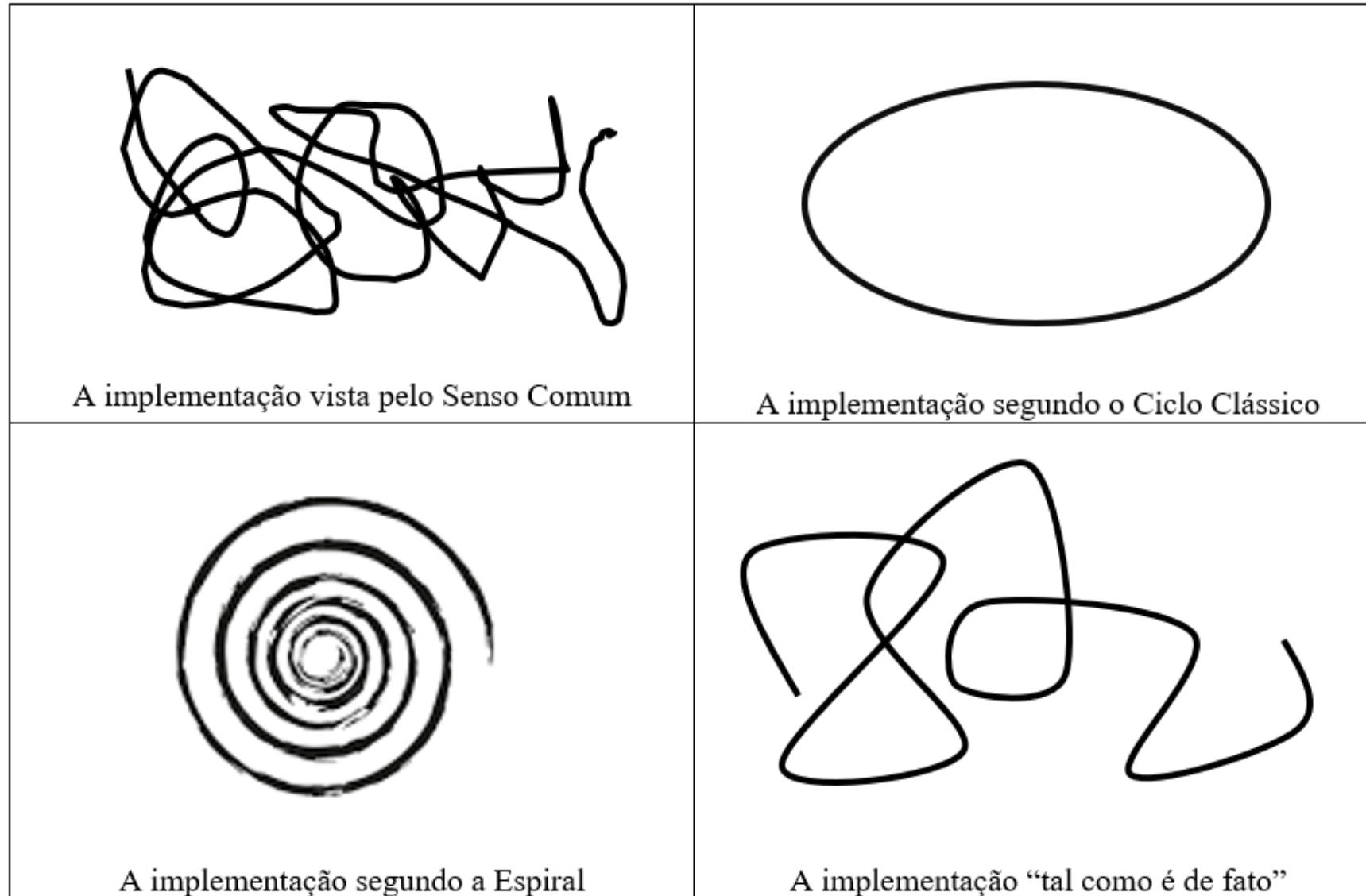
Espiral regressiva do APT no Contexto de Austeridade Fiscal de 2016-2018, perda de apoio político e fragilização dos Valores de Solariedade



Espiral terminativa do APT, sem recursos, no processo deliberado de desmonte de políticas públicas e Espírito do Tempo de Vilanização das Políticas Sociais entre 2019-2022

Virada cognitiva/Ideacional na formação e manuais usados no Campo de Públicas

Figura 8: Modelos idealizados e a realidade da implementação de programas



Por que existem Políticas Públicas ?

Políticas Públicas existem para assegurar a vida
em sociedade no Estado Contemporâneo

Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014

Political economy and public policy assessment in Brazil after 2014

Paulo de Martino Jannuzzi^{1,2}

¹Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

²Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE - Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Como citar: Jannuzzi PM. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. Cad Saude Colet, 2021; Ahead of Print. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202199010366>

Resumo

Introdução: Em um contexto de crescente restrição fiscal após 2014, as avaliações de políticas públicas têm tomado um caráter cada vez mais economicista, privilegiando a eficiência dos programas e ações em detrimento de outros critérios avaliativos. **Objetivo:** Este texto procura resgatar a historicidade do “fazer avaliativo”, trazendo-a à luz da constituição do Estado de Bem-Estar nos países centrais ao longo do século XX, destacando as ênfases temáticas e metodológicas que o campo de avaliação foi assumindo em cada período. **Método:** Texto resultante de revisão bibliográfica e discussão ensaística. **Resultados:** Remetendo-se essa discussão para o Brasil, evidenciam-se os limites do “eficiencismo” como critério primaz em relação a outros valores públicos assegurados no desenho e na implementação de políticas públicas pela Constituição de 1988 e outros documentos normativos. **Conclusão:** Tal viés avaliativo, em contexto de baixas taxas de crescimento econômico e limitações impostas pelo Teto dos Gastos Federais, traz risco concreto de interrupção da trilha civilizatória que o país vinha seguindo nos últimos 30 anos.

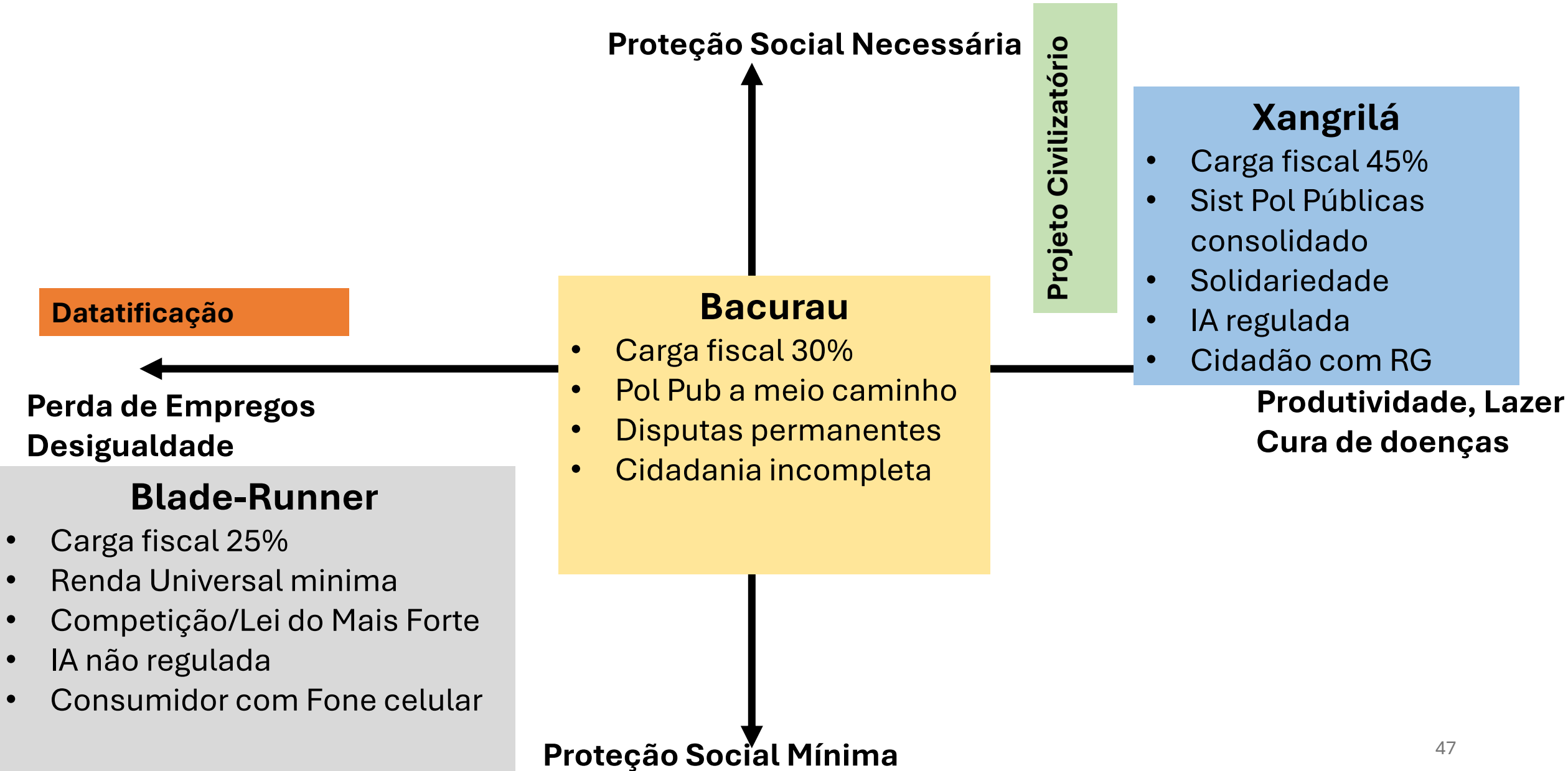
Palavras-chave: avaliação de políticas públicas; critérios avaliativos, estado de bem-estar

Abstract

Background: In a context of increasing fiscal constraint after 2014, public policy evaluations have become increasingly economical, favoring the efficiency of programs and interventions over other evaluation criteria. **Objective:** This paper brings the historicity of “evaluative doing”, presenting it along the constitution of the welfare state in central countries throughout the twentieth century, highlighting the thematic and methodological emphases that the evaluation field has assumed in each period. **Method:** Text resulting from literature review and essay discussion. **Results:** This discussion is referred to

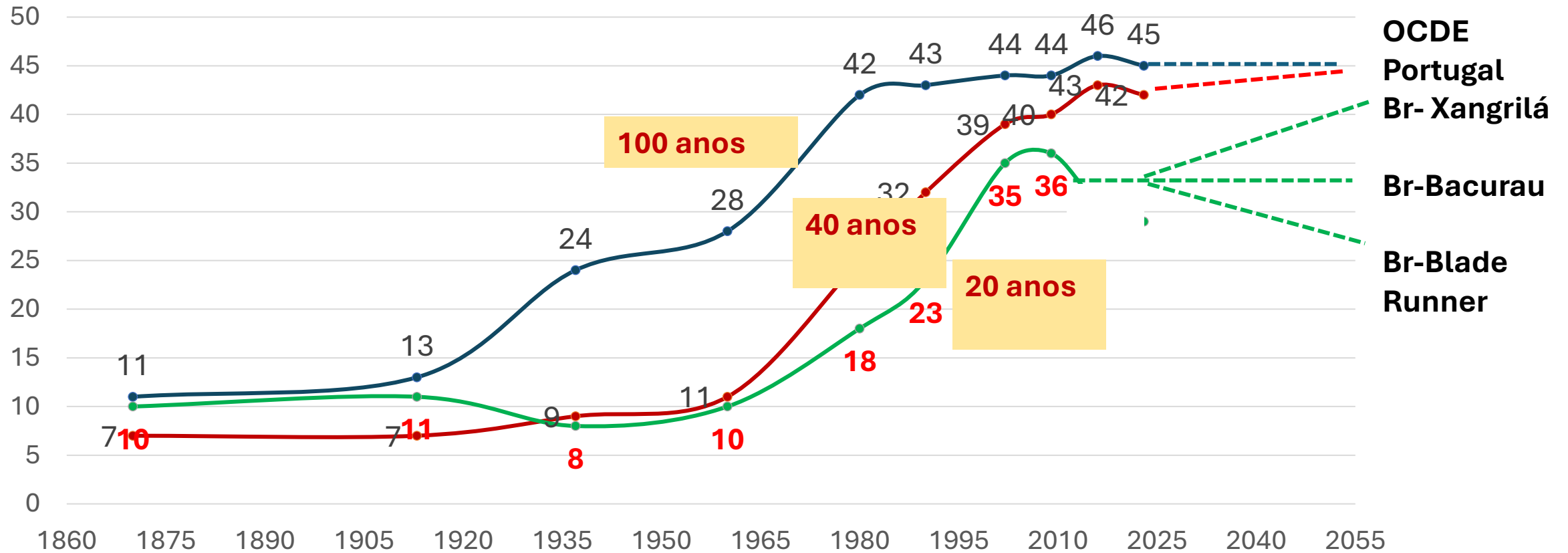


Cenários Brasil 2050



Cenários Brasil 2050

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE, Portugal e Brasil



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas são empreendimentos recentes na História, constituídas nos últimos 150 anos, originando o que no Século XX se denominou de Estado de Bem-Estar Social.

Estado liberal (século XVIII-XIX)

- Política Pública como regulação ou permissão de prestação de atividades empresariais e cidadãos (licenças para construir, para comercializar etc)
- Estado provê segurança jurídica para contratos entre empresas e entre indivíduos e segurança pessoal contra riscos internos e externos e alguma ação em Saúde pública higienista
- Gestão por Burocracia clássica (Weber): garantir impessoalidade, racionalidade, legalidade dos atos e documentos (fluxo dos meios)

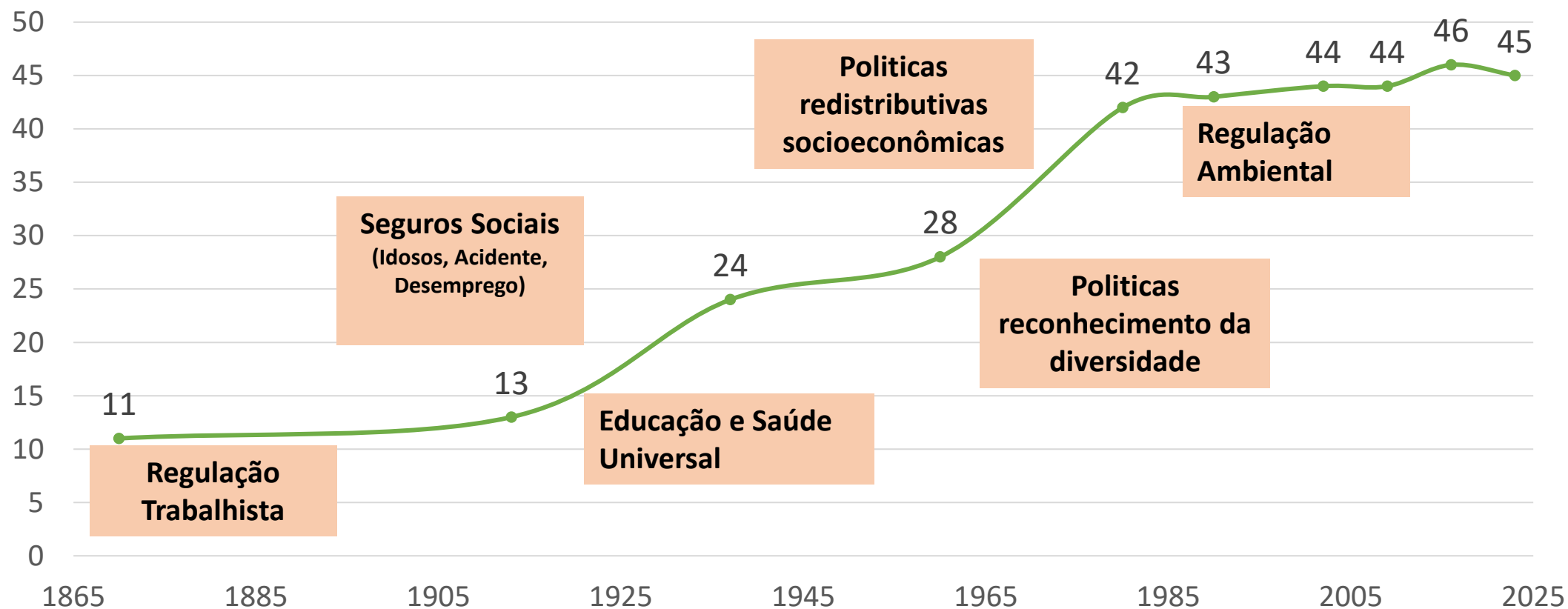


Estado Bem Estar (século XX)

- Política Pública como solução para problemas coletivos (exploração do trabalho – sex XIX), demandas coletivas (educação – anos 30) e valores públicos (bem-estar e saúde, pós-guerra)
- Democratização política crescente, urbanização, envelhecimento, expansão capitalista, Guerras mundiais
- Gestão por Tecno-burocracia: garantir programação de recursos e oferta de serviços públicos (produtos e resultados)

Políticas Públicas foram gradativamente sendo propostas ao longo dos séculos XIX e XX para atender demandas da sociedade

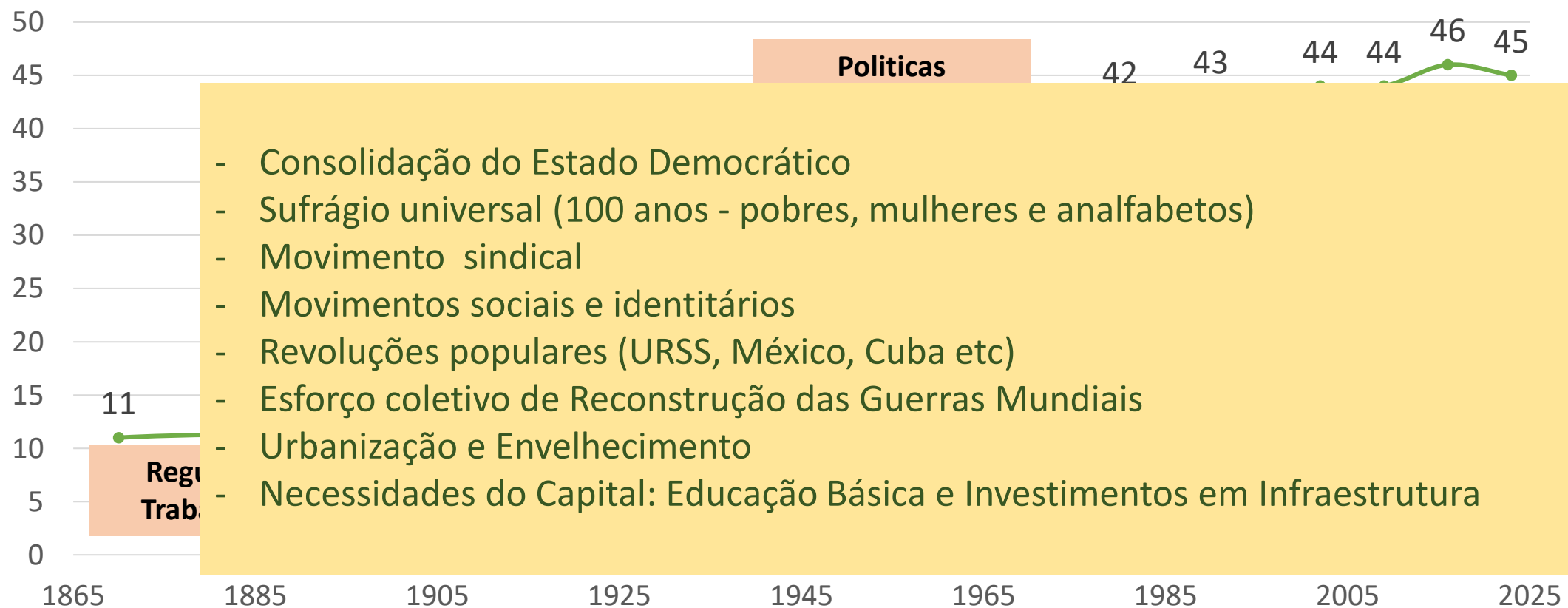
Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

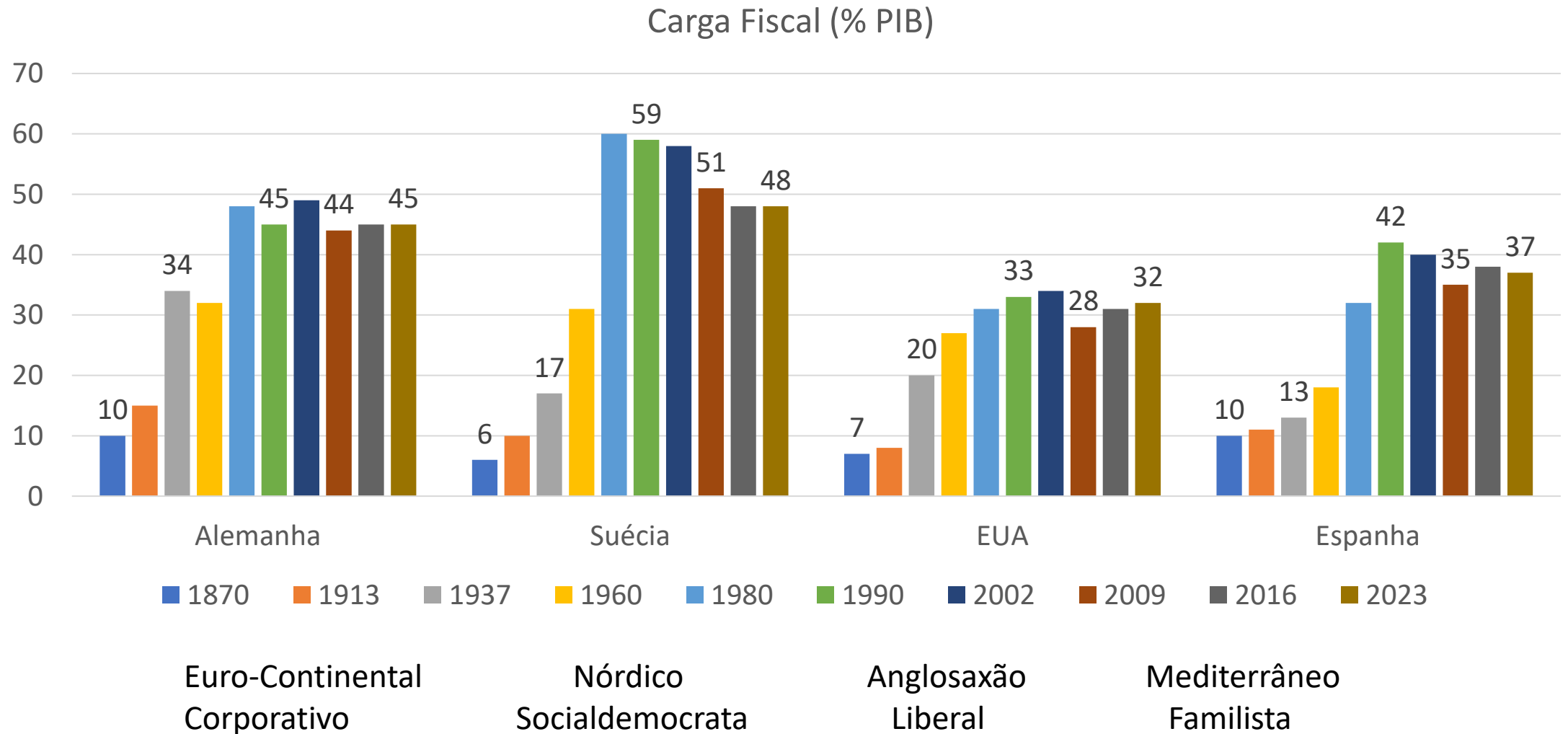
Determinantes do Fortalecimento do Estado e Políticas Públicas

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE

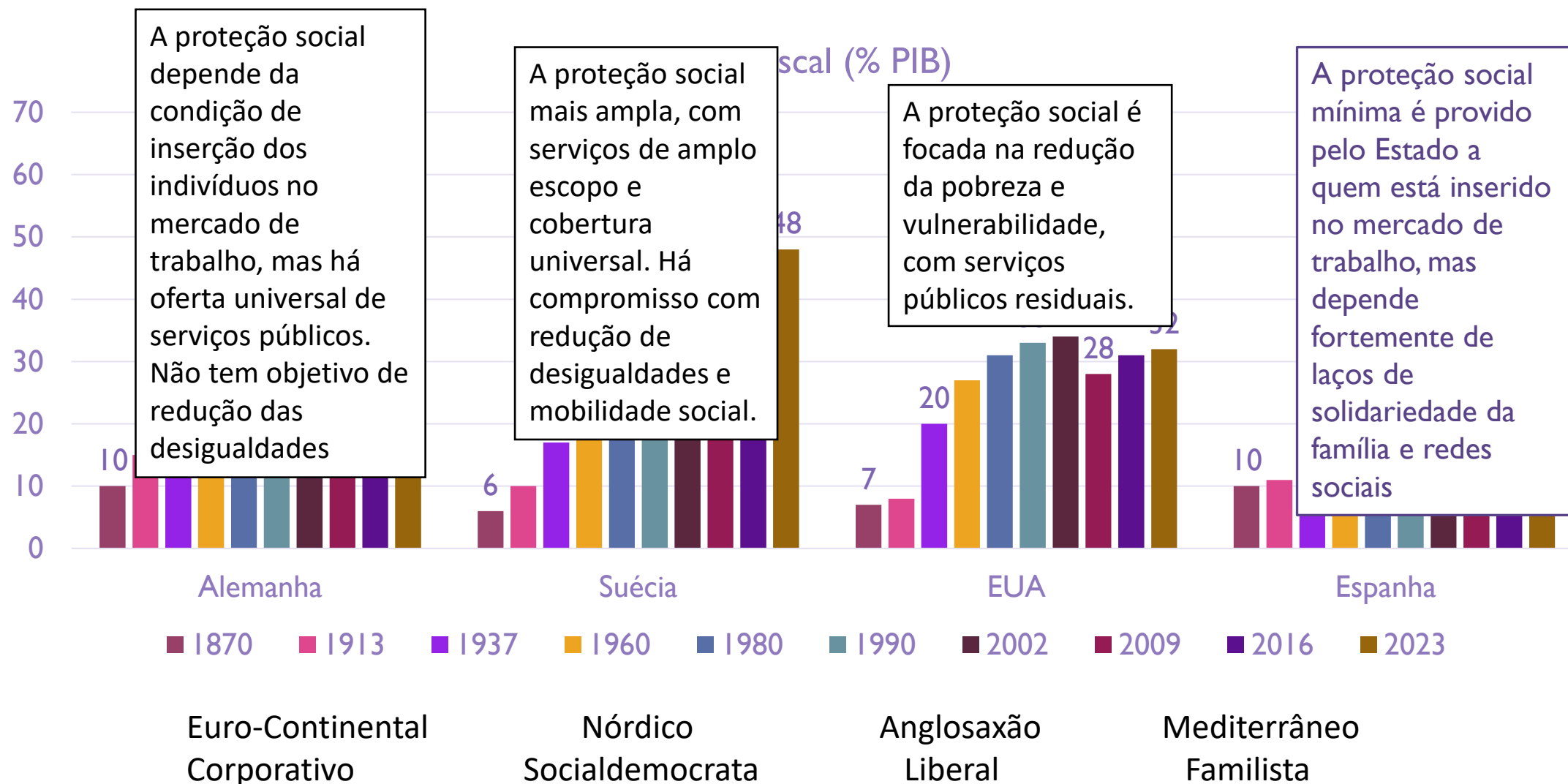


Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

Ao longo do século XX, consolidaram-se 4 grandes modelos de Estado de Bem-Estar no mundo desenvolvido (modelos Esping-Andersen e Moreno)

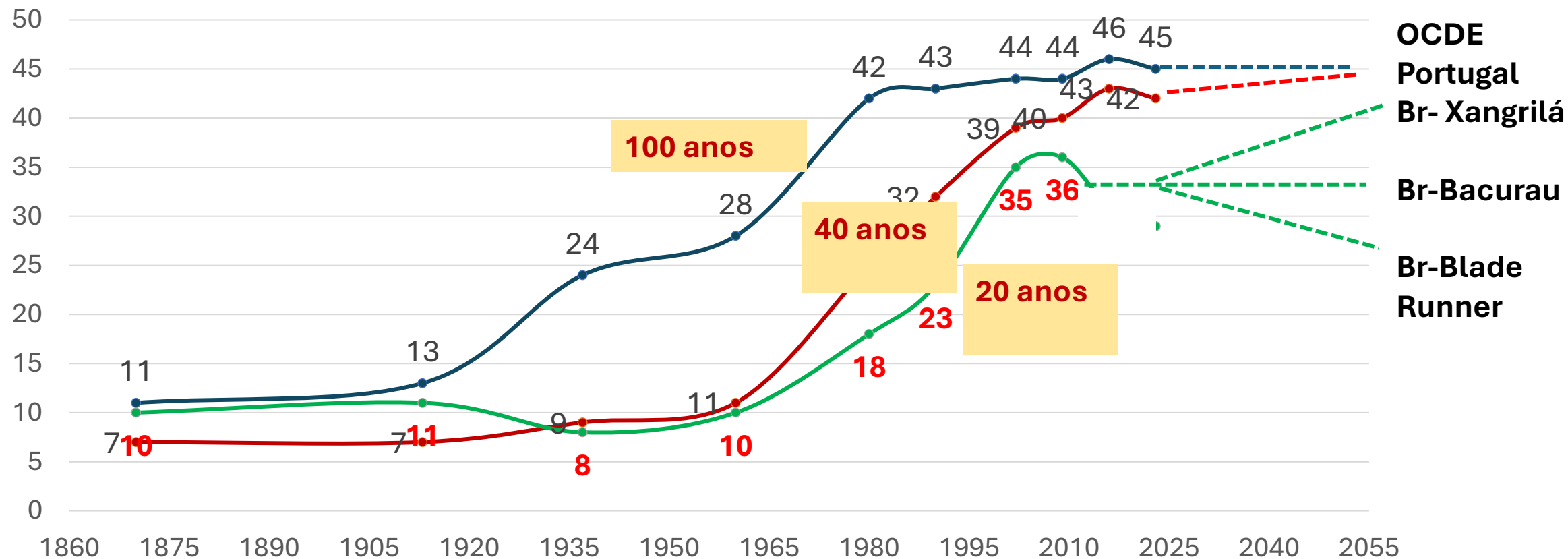


Ao longo do século XX, consolidaram-se 4 grandes modelos de Estado de Bem-Estar no mundo desenvolvido (modelos Esping-Andersen e Moreno)



Com a redemocratização, países ibéricos (anos 1970), Brasil e outros países da América Latina (anos 1990) vieram trilhar esse caminho de construção do Estado de Bem-Estar

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE, Portugal e Brasil



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
 2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

**CADA SOCIEDADE COMPARTILHA UM CONJUNTO DE VALORES PÚBLICOS E PRINCÍPIOS DE COESÃO,
QUE SE REFLETEM NA GESTÃO PÚBLICA**

Dignidade Humana

Solidariedade e Cooperação

**Busca de bem-estar para o máximo de
pessoas**

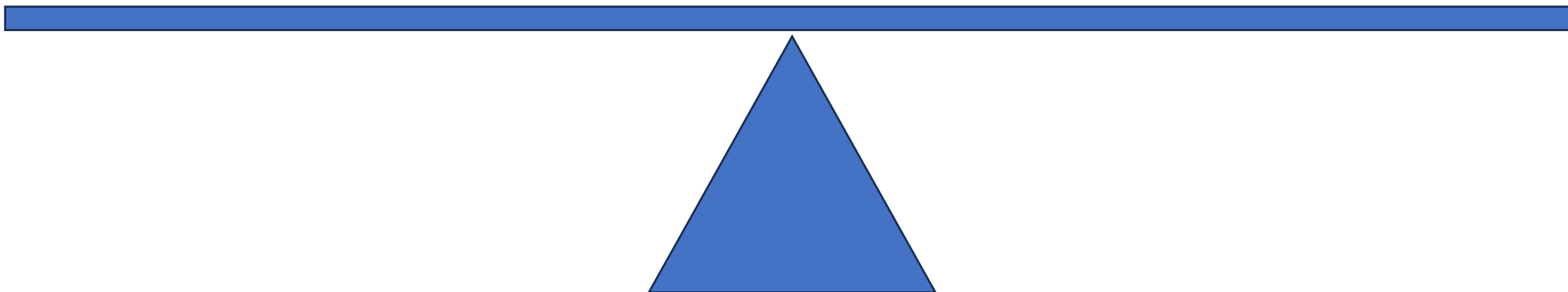
Participação e decisão pactuada

Austeridade Fiscal

Mérito individual e Competição

Algum mínimo de justiça social

Decisão autocrática de cima-para-baixo



Valores Públicos inscritos nas Constituição Brasileira

- O Brasil é um desses casos em que a Constituição e outras normativas explicitam esses direitos fundamentais inspirados na Declaração Universal e Tratados Internacionais.
- Os primeiros artigos da Carta de 1988, referentes aos Princípios Fundamentais (Título I da Constituição) e Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Título II), deixam claro o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção da cidadania e dignidade humana (artigo 1º), com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem pobreza e menos desigual, sem preconceitos de qualquer natureza e está destinada a promover o bem de todos (artigo 3º).
- Compromissos com a prevalência dos direitos humanos, cooperação, moderação, solução pacífica nas relações internacionais certamente também se aplicam no contexto interno (artigo 4º).
- Vale ainda registrar os direitos políticos, sociais, do trabalho, saúde integral e educação básica, assegurados nos Artigos 5º, 6º, 7º, 196 e 205.
- Na redação conferida pela Emendas mais recentes os direitos sociais compreendem a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados,

Valores Públicos inscritos nas Constituição Brasileira

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Valores Públicos inscritos nas Constituição Brasileira

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; [\(Vide Lei nº 13.874, de 2019\)](#)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

...

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Valores Públicos inscritos nas Constituição Brasileira

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O Direito à saúde foi reconhecido na Constituição Federal de 1988. Antes disso o Estado apenas oferecia atendimento à saúde para trabalhadores com carteira assinada e suas famílias, as outras pessoas tinham acesso a estes serviços como um favor e não como um direito.

Valores Públicos inscritos nas Constituição Brasileira

Riscos das PECs em
2019/2020

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A PEC 188/2019 adiciona um parágrafo único ao artigo 6º da Constituição:

“Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”.

A obrigação de o poder público investir prioritariamente na expansão da rede de ensino em locais onde houver falta de vagas e escolas é igualmente suprimida pelas PEC 188/2019.

Riscos das PECs em 2019/2020

As PECs também extinguem o plano plurianual e acabam com a exigência de o orçamento da União (e de entidades e empresas controladas por ela) reduzir desigualdades regionais, prevista atualmente no artigo 165, parágrafo 7º, da Constituição.

SEÇÃO II
DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019

“Art.165

I - (revogado)

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos plurianuais.

§ 1º (revogado)

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá a política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da

6a2468bc22420075584534

SEAD

Constituição Federal de 1988 – Brasil

TÍTULO VIII - Da Ordem Social- CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I – Disposições Gerais

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

.....

Constituição Federal de 1988 – Brasil
TÍTULO VIII - Da Ordem Social- CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL
Seção II - DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Constituição Federal de 1988 – Brasil

Seção II DA SAÚDE

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Como é o Direito à Saúde em outros países ?
Quais são os valores sociais fundamentais em suas Constituições ?

Exercício - 2

- 1) Escolha um país e consulte a Constituição mais recente dele em <https://constituteproject.org/>
- 2) Identifique e transcreva os Princípios Fundamentais
- 3) Verifique se está estabelecido, na Constituição, o Direito à Saúde ou outro qualquer

Próxima Aula

Atividade em Grupo

Escolha um programa público, preferencialmente finalístico, e resgate

- 1) Nome/sigla
- 2) Seus Objetivos
- 3) Público-alvo
- 4) Breve linha do Tempo (antecedentes, criação, principais marcos)

Leitura

A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas

Paulo de Martino Jannuzzi

<http://dx.doi.org/10.4322/rbaval202211037>

Revista Brasileira de Avaliação, vol.11, n2, e113722, 2022

<https://rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202211037>



<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/01/02/ideias-instituicoes-e-interesses-dos-atores-na-moldagem-das-politicas-publicas>